

O PRIMEIRO “RELATÓRIO DE BERKELEY” (1981)

No início da década de 1980, Carlos Franchi, temporariamente afastado de suas funções de Diretor do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas e contando com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S.Paulo, realizou um estágio de Pós-Doutorado na Universidade da Califórnia – Berkeley.

Viu-se então imerso em um ambiente de grande efervescência intelectual em que se discutiam noções e teorias linguísticas praticamente desconhecidas da universidade brasileira que, em geral, ainda vivia o debate entre o estruturalismo europeu e o gerativismo e, em seus centros mais avançados, se empenhava em compreender ou aplicar ao português as sucessivas versões da gramática chomskiana.

Durante esse estágio, Carlos Franchi escreveu longos relatórios em que descreveu de maneira circunstanciada e crítica, como lhe era próprio, a experiência intelectual que estava vivendo.

O texto que segue é a transcrição de um desses relatórios que, lido na época por um pequeno número de pessoas próximas, se perdeu em seguida em algum processo administrativo da UNICAMP. Resgatado recentemente, por uma iniciativa do Centro de Documentação Cultural “Alexandre Eulálio” (CEDAE), soa hoje mais atual do que nunca. Não só pelo que informa, de maneira inédita, sobre a biografia intelectual de um dos principais representantes da linguística brasileira do século XX, mas também pela presença que as ideias de Berkeley têm hoje em várias orientações da linguística brasileira.

Carlos Franchi faleceu em 2001. Foi fundador e (na década de 1970) Diretor do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. Foi presidente da Associação Brasileira de Linguística no biênio 1977-1979.

A Revista da ABRALIN agradece a Sra. Eglê Pontes Franchi, esposa do professor, por ter disponibilizado a única cópia hoje existente deste “Relatório de Berkeley”; agradece a Professora Dra. Raquel Salek Fiad e a Ms. Flávia Carneiro Leão, respectivamente Coordenadora e Supervisora do CEDAE, pelas gestões que resultaram na recuperação do manuscrito do trabalho ora publicado e pela cuidadosa revisão que fizeram do texto.

Nas páginas que seguem, a numeração de fundo preto é a das páginas do original. Nessa numeração a página de número 31 nunca existiu.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Referente ao afastamento com vencimentos e vantagens do cargo que lhe foi autorizado, de 15.12.80 a 30.09.81, para desenvolver atividades de estudo e pesquisa na Universidade da Califórnia, em Berkeley.

1. Resumo de alguns pontos básicos do projeto página 1

As atividades de estudo e pesquisa que atualmente desenvolvemos na universidade da Califórnia, em Berkeley, se inserem em um projeto mais amplo que vimos desenvolvendo há alguns anos e cujos resultados preliminares se transformaram em uma tese de doutoramento (1976). Visa-se à elaboração de uma teoria da linguagem que, voltada de preferência para a descrição e explicação dos processos envolvidos no funcionamento das línguas naturais, procura repousar sobre uma reflexão filosófica mais ampla e considera as pesquisas desenvolvidas em áreas lindeiras, empenhadas na descrição de processos cognitivos mais gerais. Neste item, arrolamos em síntese muito densa alguns pontos desse programa que pudemos desenvolver, mais detalhadamente, em documentos anexos ao processo nessa Fundação.¹

1.1 Concebemos a linguagem

como uma atividade constitutiva, isto é, como um processo constitutivo do qual resultam, por um lado, os esquemas categoriais (de natureza relacional e funcional) que correspondem a diversos sistemas de referência, mediadores da interpretação de expressões das línguas naturais em diferentes domínios ou universos de representação; por outro lado organiza, mediante múltiplas estratégias, os recursos expressivos de uma determinada língua natural em um sistema de princípios e regras

¹ A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S.Paulo.

que constituem sua sintaxe. A linguagem se entende, pois, como uma atividade estruturante, o que não significa assumir que a “gramática” de uma língua natural seja determinada, em sentido formal. Interessa-nos descrever a forma dessa atividade, mais que os resultados dela por meio seja de generalizações de regularidades observadas a nível das expressões, seja de um procedimento ou sistema gerativo, que as construa enquanto objetos sintáticos definidos.

Nessa perspectiva, as línguas naturais são o resultado de uma atividade contínua e constante do homem, histórica e culturalmente determinada, para a construção de instrumentos adequados a sua própria ação – individual e social – a de organizar, dar forma ao conteúdo de suas experiências; a de comunicar-se servindo-se das analogias que associam entre si diferentes sistemas de representação; a de estender sua ação mediante o uso da linguagem, não somente sua ação social a nível da comunicação mas a de construir novos sistemas de referência, novos universos de representação com que amplia sua compreensão além dos limites culturais e naturais que condicionam as formas elementares de manifestação e expressão. Tomadas como o objeto privilegiado da análise que nós – enquanto linguista – fazemos, as línguas naturais não se confundem com o “objeto” teórico acima delimitado.

página 2 Com a caracterização funcional da atividade linguística no parágrafo anterior, impusemo-nos uma outra consequência. Essa atividade não se pode representar como a de instanciações de categorias universais e abstratas (definindo classes de construções, classes de elementos complexos, classes de termos), determinadas ‘a priori’ mediante estrita definição de traços (categoriais) pertinentes. Em outros termos, rejeita-se a hipótese de um modelo estrutural baseado em um sistema fixo e imanente de categorias. Estas tem que entender-se como ‘dependentes do contexto’, ou seja definidas no interior de esquemas funcionais que descrevem o próprio processo construtivo da linguagem. (E qualquer caracterização de universais da linguagem, indispensável

para quem assuma os pressupostos que assumimos, somente pode fazer-se em termos desses esquemas de ação, do processo, e não dos objetos variáveis que se tomam neles, ou como elementos, ou como valores resultantes.)

Ainda, os resultados dessa atividade, seja do ponto de vista sintático que se refira à construção e transformação dessas expressões, seja do ponto de vista da interpretação dessas expressões em determinados domínios de significação, tem que levar em conta sua ‘circunstancialidade’, esse caráter do “em se fazendo” da linguagem: cada expressão é a abreviatura de uma rede complicada de pressuposições (no sentido mais amplo desse termo), levando a um processo condicionado de inferências (ainda em sentido suficientemente vago para incluir implicaturas e implícitos), por si mesma necessariamente ambígua e elíptica. Essa natureza pragmática da linguagem – sua ancoragem em situações e contextos diversificados – reforça a indeterminação de seus modos de significar, de sua estrutura sintática e sua estrutura semântica.

1.2 Uma exposição abreviada

como a que fizemos acima pode levar a conclusões não necessárias embora usuais entre os que assumem semelhante ponto de vista. Vale, pois, reservar algumas alíneas para esclarecer posições.

a) – Rejeita-se uma visão idealista ou imanentista da linguagem, sem que isso nos obrigue a uma visão determinista, baseada em absoluta constrição da realidade, não somente a realidade física ou ‘natural’ quanto a realidade histórica e social. É claro que, enquanto atividade, a linguagem se insere em sua história e na cultura, tão claro quanto, os processos cognitivos e expressivos são limitados (biologicamente) pela capacidade de perceber e observar, memorizar e relacionar, etc. Digamos que os modos de significar se correlacionam aos modos de estar e ser. Mas estabelecidos esses limites, nada se fez para explicar a natureza dessa atividade criadora da linguagem. Grifar o caráter ‘histórico’ e

‘imatur’ do homem exige considerá-lo não somente como um herdeiro (passivo) da cultura mas como um agente nela. Nem se pode entender adequadamente a interação social, nos seus mais elementares níveis, em uma perspectiva unidirecional, cogente, sem inter-ação. O dilema alternativo se desfaz página 3 quando deslocamos nossas hipóteses relativas ao resultado variável dessa história para a forma do trabalho construtivo e constitutivo da linguagem: a descrição desse processo deve ser compatível com a capacidade de assimilar e reproduzir e organizar as condições e dados, mas também com a capacidade de transferir analogicamente, revisar, reorganizar, recriar, ou mais simplesmente criar.

b) – A mesma argumentação pode servir-nos para evitar uma certa forma radical de funcionalismo que tenta derivar os resultados de uma análise linguística em seus diferentes níveis e componentes diretamente das funções sociais da linguagem apreendidas no processo de comunicação, nas situações de comunicação, nas condições de ação e interação humanas. Incluo aí tanto certas formas ingênuas de ‘funcionalismo estruturalista’ como outras mais sofisticadas que se constroem a partir de uma teoria intencional da significação ou de teorias dos atos-de-fala. Por um lado, não há nenhuma necessidade na correlação entre sistemas de funções (no sentido do funcionalismo a que nos referimos) e a estrutura da linguagem; por outro lado, a atividade linguística não se esgota nessa ação “segunda” da comunicação ou nos atos que na comunicação se praticam. As funções da linguagem em uma dada sociedade ou comunidade – o que se necessita fazer com ou mediante a linguagem, particularmente a linguagem verbal – tem um papel contingente, de limitação fatural, no desenvolvimento dos recursos expressivos de uma determinada língua natural; os processos básicos e fundamentais (inclusive do ponto de vista cognitivo) devem ser e – realmente são – extremamente gerais e abstratos para estar ‘disponíveis’ à mais variada exigência de ação e interação social, seja considerada em um momento histórico, seja considerada em uma projeção de

desenvolvimento e evolução. Basta lembrar os fatos claros de extensão analógica que permitem atender situações inusitadas com os recursos estruturais expressivos adequados a outras situações. Como no caso de a), procuramos evitar confundir a descrição de condições de existência e uso da linguagem, com a descrição da forma dessa atividade e dos instrumentos expressivos que constitui (excepcionalmente ‘ad hoc’, mais comumente ‘ad illud quod’, ‘quodvis’ e ‘quodcumque’).

c) – Outro equívoco que tem levado a um debate regressivo sobre falsos problemas (relacionado, de certo modo, com a falácia funcionalista) é o de estabelecer uma estrita dependência da estrutura sintática à estrutura semântica (ou vice-versa) e (ou) de ambas a fatores pragmáticos. página 4 Assumir a contextualidade da linguagem, a indeterminação consequente da sintaxe das línguas naturais; reconhecer que a sintaxe regula o modo de organização dos recursos expressivos necessários à explicitação de funções semânticas e pragmáticas fundamentais; observar, enfim, que a própria interpretação semântica das expressões não está livre de fatores pragmáticos do discurso (co-texto e contexto), nada disso implica necessariamente uma afirmação sobre a natureza das noções, relações, operações de que necessitamos a nível teórico para descrever, por exemplo, a sistematização dos recursos sintáticos e as estratégias de sua utilização na construção das expressões. E os resultados das pesquisas em gramática gerativa, na concepção chomskiana, demonstram claramente a autonomia sintática de uma grande parte dos processos envolvidos nessa construção. Na verdade, o que está em jogo quando se levam em consideração propriedades semânticas e pragmáticas da linguagem não é o fato dessa relativa (e óbvia) autonomia, mas o postulado implícito na elaboração teórica chomskiana de completa determinação formal e exaustiva suficiência da estrutura sintática descrita.

d) – Processos humanos, como a linguagem, são extremamente complexos e as perspectivas unilaterais (sintática, lógica, semântica, pragmática) devem ser superadas em um procedimento formal

construtivista: a descrição de um processo parcial, considerado ou não sincronicamente, exige a elaboração de um modelo teórico que considere a relação entre estágios sucessivos (não necessariamente correspondentes a etapas) em que os resultados de operações anteriores se incorporem como elementos da descrição de processos subsequentes de extensão e transformação. Se se parte, por exemplo, como fazemos, de esquemas relacionais e funcionais para, por meio deles definir categorias, deve-se logo considerar categorias elementares construídas em seu papel simplificador no desenvolvimento do processo em estágios posteriores. A linguagem, como todo trabalho humano, constitui instrumentos e objetos para a obtenção de novos objetos mais complexos. Do mesmo modo, a elaboração teórica a respeito da linguagem, que se vem fazendo por aproximações sucessivas ou com o privilégio de um determinado aspecto, pode obter um resultado mais compreensivo e global num aparato formal que considere diferentes processos em diferentes estágios, correlacionados uns aos outros por relações de transformação. E nesse caso é difícil esperar bons resultados de teorias “de uma chave só” ou de teorias “monolíticas”.

e) – Finalmente, tem-se utilizado os elementos de nossa reflexão sobre a natureza da linguagem (em 1.1) como argumentos contrários a toda tentativa de formalização na teoria linguística. Ora, é essa mesma reflexão que oferece o mais forte amparo a uma exigência de formalização (ou de uma metalinguagem rigorosa suscetível de traduzir-se em um sistema formal). A prática científica consiste justamente em impor restrições à linguagem de modo a assegurar-lhe – para fins de uso descritivo e explicativo – conexidade sintática e completa determinação do processo de construção das expressões metalinguísticas, conexidade semântica e protocolos estritos de interpretação em termos de um sistema de referência coerente e consistente, independência interna dos fatores pragmáticos presentes na reflexão prévia que está na página 5 base de toda criação científica. A construção desse sistema específico

de referência, determinado por explícitas definições e restrições é que minimiza os riscos de diferentes leituras contextuais, dependentes de variadas pressuposições e informações e crenças: na verdade, fixa antecipadamente o conjunto das pressuposições na forma de postulados para permitir uma quasi-unívoca interpretação, submeter-se à avaliação e à crítica, tudo assegurado na determinação pré-estabelecida das categorias (tipos) e funções semânticas da linguagem formal. Ao contrário, como avaliar o falar vagamente do vago e ambiguamente do ambíguo ou metaforicamente da metáfora / Como fugir a um radical relativismo epistemológico quando se deixa a linguagem científica na mesma dependência de pressuposições individuais, de esquemas circunstanciais, da ambiguidade das expressões? Isso explicaria o sucesso fátuo de certas “teorias” que tudo explicam e elidem qualquer contra-argumento não porque são suficientemente compreensivas, mas porque mascaram todo fato com a mesma vaguidade. Parece-me, pois, necessário opor barreira a esse movimento regressivo da linguística contemporânea: se afirmamos o caráter histórico, contextual, pragmático e cultural da linguagem, maior razão temos de efetuar um rigoroso esforço de formalização. O que talvez devamos é abandonar os modelos gerativos; na medida em que pretendem engendrar as expressões gramaticais e derivar das propriedades abstratas das expressões engendradas toda interpretação semântica, essas gramáticas se fundam em um pressuposto de regularidade e determinação que as línguas naturais não possuem. Em outra postura, os modelos formais, utilizados na descrição da linguagem, mantêm com esta uma relação de representação: explicitando relações, funções, operações, categorias do processo de construção das expressões e de sua interpretação em determinados sistemas de referência, não estão vinculadas à forma variável em que as expressões se produzem em situações específicas do discurso. Vão certamente além da forma dessas expressões.

1.3 Façamos uma referência breve

a algumas hipóteses internas ao modelo de representação que vimos elaborando, remetendo para os detalhes à documentação já anexada ao processo.

a) – A base do modelo é constituída por esquemas relacionais de dependência que tomam como ponto de partida intuitivo as gramáticas de dependência e casos; nesse nível mais abstrato se representam processos gerais que associam, ao nível da realidade (tomada como domínio natural inicial da interpretação da linguagem) objetos a objetos e, ao nível das línguas naturais, termos a termos, sem ainda associar-lhes categorias ou funções específicas. *página 6*

O instrumento formal utilizado é a linguagem técnica da lógica combinatória, construindo-se objetos complexos mediante aplicação, representados em termos de funtores e argumentos.

b) – Definem-se alguns metacombinadores que relacionam entre si as expressões representativas e os objetos representados, possibilitando um processo de derivação natural que permite passar de uma sequência de expressões simples a expressões complexas e vice-versa. Essas derivações representam o processo de construção contextual das expressões, permitindo uma prefiguração das pressuposições e inferências que se realizam no processo discursivo (particularmente no diálogo).

c) – As expressões representativas se submetem a processo de análise categorial e funcional, utilizando-se para tanto a teoria da funcionalidade desenvolvida por Curry e Feys em sua “Lógica Combinatória”. A análise representa o processo de formação de categorias, dependentes do contexto, a partir da função categorial dos elementos, e a associação de funções gramaticais a essas categorias, dependendo da natureza da relação que associa uma à outra.

d) – Tais categorias e funções, então definidas em um nível mais abstrato e elementar, se incorporam em um nível menos abstrato de

representação (por sua vez suscetível de uma nova análise categorial e funcional mais refinada) de forma a representar o modo pelo qual os resultados de uma etapa do processo construtivo da linguagem se levam em conta nos processos subsequentes permitindo maior especificação e consequentemente a formulação de regras mais restritivas.

e) – Assim pode-se passar de sistemas mais abstratos e gerais a sistemas cada vez mais informativos e restritos. Isso responde à necessidade de descrever os sistemas das línguas naturais que se têm mostrado limitados por severas restrições. Por outro lado, aproximando-se da especificidade e peculiaridade desses sistemas, distintos de outros processos de representação e cognição, atende-se à exigência metodológica de operar com modelos suficientemente estritos – suscetíveis de avaliação no que diz respeito à sua adequação descritiva às propriedades das línguas naturais (sem necessidade de postular desde o início princípios psicológicos, inatos, puramente linguísticos).

No ponto em que deixamos nossa pesquisa, obtinha-se uma razoável aproximação descritiva dos processos internos de relacionamento das expressões entre si, com uma interpretação semântica natural no sistema intuitivo de casos (nominais) e diáteses (verbais); também se associavam adequadamente aos constituintes categorias e funções, interpretáveis em termos de categorias semânticas e gramaticais bem como funções semânticas e gramaticais; apresentava-se já uma perspectiva natural de tratamento no modelo dos processos de coordenação e subordinação *página 7* bem como de outros processos mais complexos de coesão e interrelações discursivas; de alguns fatos ligados a propriedades pressuposicionais; de outros ligados à noção de elipse ou de ‘fragmentos’. Ficava porém aberta a possibilidade de se construir uma extensão do modelo que representasse os aspectos pragmáticos da linguagem, pelo menos em alguns de seus mais claros traços.

1.4 É certamente muito vago

o domínio de investigação que hoje, de um modo geral, se rotula de “pragmática” das línguas naturais. Podemos, porém, separar algumas questões que, embora não exaurindo o número das mais importantes, tomamos como iniciais para deslocar-nos das áreas da sintaxe e da semântica para esse terreno.

a) – Todas as línguas naturais possuem subsistemas de elementos e recursos expressivos cuja função primordial é a de estabelecer relações entre as expressões e determinadas condições do discurso. Chamemo-los “elementos dêiticos”, em um sentido bem amplo para incluir índices referenciais de tempo e lugar, de aspecto, as instâncias pessoais do discurso e mesmo as modalidades. Qual a natureza dessas relações? Como representar esses traços delimitativos no modelo predominantemente predicativo construído?

b) – Entre as condições da situação discursiva se incluem certamente discursos anteriores, além de crenças e informações de outras fontes partilhadas pelos interlocutores (ou assim suposto pelo falante). Podemos falar de um conjunto de pressuposições (em um sentido ainda muito vago) refletidas e muitas vezes indicadas nas expressões. Como tornar clara essa noção? Qual a sua relevância para a descrição do funcionamento das línguas naturais? Pode-se dar conta das pressuposições (ou de alguns dos fatos chamados assim) no processo de construção das expressões?

c) – Entre as condições do discurso está a atitude dos interlocutores em relação à própria dinâmica das relações discursivas. Grice expressou admiravelmente essa atitude na forma de uma série de “máximas” quase-contratuais que vinculam entre si os interlocutores e cujo rompimento tem sempre consequências que se traduzem na forma de implicações, ou implicaturas que, embora não diretamente inferíveis a partir da significação das expressões, dependem dela e determinam condições ao diálogo subsequente. Que relações entretêm as implicaturas com implicações e pressuposições?

d) – A descrição semântica das línguas naturais, ao contrário da linguagem utilizada na construção de sistemas formais, não se pode basear em um único e conexo sistema de referência. Até a descrição de um item lexical pode depender do suporte de uma noção de esquema ou ‘frame’ (legal, familiar, social, etc.) ou mesmo ‘cenários’ relativos a determinadas atividades, determinados pontos de vista, determinada rede de relações em que uma expressão particular pode ser interpretada. Esses **página 8** esquemas se interrelacionam de modo variável de comunidade a comunidade (e mesmo de indivíduo a indivíduo) constituindo o background – não necessariamente consistente – para a produção e compreensão dos processos discursivos.

e) – Esses diferentes mecanismos de atualização das expressões em determinadas situações condicionam a eficiência da linguagem enquanto instrumento de comunicação e também como instrumento de ação. Um dos modos de examinar-se essa ação feita através da linguagem (segunda em relação à ação que a linguagem é) tem sido o estudo das expressões performativas e da teoria dos atos de fala.

Nossa atenção, no período que este relatório cobre, concentrou-se principalmente sobre os pontos (b), (d) e (e).

A exposição dos pontos básicos de nosso projeto, neste item, implica já uma revisão e reordenação de alguns dos aspectos do quadro teórico que apresentamos como base do texto apresentado com o pedido de auxílio à FAPESP. A síntese facilitará uma avaliação da relevância (ou não) das atividades que desenvolvemos em Berkeley para os propósitos que justificaram a concessão desse auxílio e nosso afastamento remunerado da UNICAMP.

2. Seminários interdisciplinares. O pensamento do grupo de Berkeley

Na qualidade de *research associate* junto ao Depto. de Linguística, pudemos ter um amplo acesso a cursos, seminários, conferências, reuniões científicas e ainda ao amplo conjunto de recursos bibliográficos disponível em várias bibliotecas que compõem a biblioteca central da universidade. Destacamos, porém, neste item a atividade do semestre sobre a qual baseamos um plano de revisão e estudo cujos resultados estão mais avançados. O relato dos seminários interdisciplinares (dirigidos por G. Lakoff, Ch. Fillmore e P. Kay e com a participação de vários docentes de outras universidades americanas e do exterior) vem aqui complementado pelo estudo pessoal, e discutido com vistas de uma mais ampla bibliografia, no sentido de oferecer-se à avaliação o pensamento original de um grupo de professores de Berkeley (incluindo-se entre eles docentes de outros departamentos, como Zadeh, Rosch, Wilensky). Outras atividades se resumirão no item seguinte.

2.1 Período de inverno (três horas semanais em duas sessões de exposição e duas horas em reunião semanal de discussão e trabalho).

Os seminários se orientaram para a semântica das línguas naturais, mais precisamente para as relações entre semântica e pragmática. As exposições, de um modo geral, se baseavam em uma bibliografia selecionada cujo conteúdo se criticava, explicava e discutia. Não foram essas exposições todas elas homogêneas, nem da mesma página 9 qualidade, nem possuíam um programa definido que facilitasse a descrição. Preferimos, por isso, isolar algumas contribuições teóricas e metodológicas, predominantes na discussão em geral, que mais dizem respeito ao nosso projeto.

a) – De um modo geral, colocou-se em dúvida a possibilidade de uma clara distinção entre pragmática e semântica, e mesmo, em alguns casos, a relevância dela para dar conta de uma larga série de dados obtidos quando se considera o uso efetivo de certas expressões. Serve de exemplo o estudo das expressões chamadas ‘*hedges*’, com base em artigo de G. Lakoff (LAKOFF, 1972)² e na revisão proposta, em artigo não publicado de 1979, por P. Kay.

Hedges são uma classe de modificadores: advérbios de oração, outros advérbios e adjetivos, como ‘*praticamente*’, ‘*estritamente falando*’, ‘*tecnicamente*’, ‘*verdadeiro*’ etc. que, empregados em orações como

- (1) A casa está praticamente destruída,
- (2) Estritamente falando, verbo é uma categoria morfológica e distribucional,
- (3) Tecnicamente, a baleia é um mamífero,
- (4) O rouxinol é um verdadeiro pássaro, não o pinguim,

etc., modalizam a predicação realizada pela expressão modificada.

A descrição do uso dessas expressões é feita, em Lakoff, em termos semânticos, baseando-a em uma distinção de pelo menos quatro tipos de propriedades semânticas ou critérios de significação. Em primeiro lugar estão os critérios cuja função é atribuir ao elemento a que se associa um predicado a propriedade de pertencer a uma determinada categoria (*A baleia é um peixe*). Em segundo, os critérios que atribuem ao elemento certas características de um membro de determinada categoria (*O garoto é um verdadeiro peixe*). Em seus termos, “*those that are capable of*

² Preferimos referir os títulos da bibliografia utilizada seja em cursos, seja em seminários, planos de estudo, etc. em um só rol ao final.

conferring category membership”, e aquelas que são “*characteristic / though incidental*” (LAKOFF, 1972: 200). Os *hedges* parecem selecionar, entre as propriedades semânticas de um predicado, aquelas – indicadoras de categoria ou de características acidentais – que se quer efetivamente atribuir ao elemento modificado. Assim em

- (5) Maria é praticamente um homem,

a interpretação deve selecionar algumas características “masculinizantes” de Maria, sem inclui-la na categoria dos animais machos, enquanto em

- (6) Tecnicamente, a baleia é um mamífero. página 10

- (7) Estritamente, a baleia é um animal.

- (8) Aproximativamente, a baleia é um peixe,

se selecionam propriedades que incluem a baleia em determinadas categorias, embora com diferente grau de precisão. Considere-se, no caso, que, para Lakoff, a maior parte das categorias lexicais são “*fuzzy categories*” e não categorias discretas. Esse diferente grau de propriedade com que um elemento se inclui em determinada categoria leva Lakoff a distinguir – entre as *membership conferring categories* – as propriedades definicionais (selecionadas positivamente por “*tecnicamente*”) e as não-definicionais. Entre estas, as primárias (selecionadas por “*estritamente falando*”) e as secundárias (selecionadas por exemplo, por “*aproximativamente*”). A função primordial dos *hedges* seria, assim, a de afetar a forma pela qual se associam a um elemento modificado as propriedades de um predicado modificador.

A revisão de Kay, que Lakoff pessoalmente encampa, é no sentido de mostrar que a função de alguns *hedges* é – em certo sentido – mais pragmática do que semântica. Um de seus argumentos pode reproduzir-

se, em português, nos diferentes usos de “*verdadeiro*”. Conforme o contexto, esse *hedge* seleciona positivamente ou negativamente as propriedades *membership conferring*. Comparem-se os exemplos “O rouxinol é um verdadeiro pássaro” e “O garoto é um verdadeiro peixe”. Essa ambiguidade mostraria como a correta interpretação do que se quer dizer com a segunda oração exigiria um procedimento implicacional semelhante ao que Grice (1968.b) sugere para os casos de metáfora, utilizando-se de princípios conversacionais. Além disso, o uso dos *hedges* e a avaliação de sua propriedade dependem claramente do sistema de categorias que não é necessariamente dado em toda situação discursiva, mas que pode constituir-se em uma “*folk theory*” compartilhada pelos interlocutores, no esquema cognitivo que empregam para a categorização naquele particular discurso, ou pode constituir-se para propósitos especiais (como as de descrição técnica ou científica). Assim, a baleia pode ser um “verdadeiro peixe” em qualquer das funções do *hedge* “*verdadeiro*” em uma “*folk theory*” ou em outra. Poderia mesmo ser “tecnicamente um peixe” em um manual popular de pescaria que se decidisse por esquecer certas propriedades do manual de biologia marinha.

Por esses e outros argumentos que discute, Kay abandona a noção de propriedade semântica como base para a definição do significado, preferindo caracterizar a função semântica das palavras como associando índices a esquemas cognitivos independentes da linguagem. E considerando o fato de que tais esquemas cognitivos, sistemas diversificados de categorização, são dependentes de um contexto histórico, social, cultural, põe em dúvida a possibilidade de manter intacta a tradicional distinção entre semântica e pragmática (Cf. também LAKOFF, 1972). *página 11*

Deixo, no momento, sem crítica as consequências nem sempre necessárias que Lakoff e Kay retiram desse tipo de fatos. Estes, aliás, exemplificam somente um tipo de argumentação entre outros utilizados pelos professores no curso, embora, na maioria deles, se utilizem ingredientes contidos nessa argumentação exemplar, como o caráter

“*μυζγ*” das categorias, a noção de esquema cognitivo, a noção de protótipo. Isto nos introduz a um outro tema recorrente nos seminários.

b) – A crítica à distinção estrita entre semântica e pragmática como relevante à descrição das línguas naturais se relaciona à crítica de uma concepção de semântica em que tal distinção se torna natural, isto é, a crítica da semântica formal baseada em uma definição de significação para as línguas naturais em termos de condições de verdade das expressões, sobretudo quando essas condições se estabelecem em um sistema lógico bivalente.

Uma grande parte das críticas, embora respigando aqui e ali diferentes propriedades no uso contextual das expressões, acaba retomando argumentos já bastante discutidos na literatura. O mais comum deles é o de que uma semântica das línguas naturais baseada em condições de verdade deveria restringir-se às asserções, pois delas se pode falar que sejam verdadeiras ou falsas. Ora, em um muito restrito ponto de vista, as expressões contendo elementos dêiticos (instâncias pessoais, indicações de tempo e aspecto, demonstrativos, etc.) variam de valor de verdade dependendo da situação, particularmente do falante e do ouvinte e, conseqüentemente, deveriam ser excluídas de um cálculo formal. Mais restritivo, ainda, o ponto de vista de Strawson (1950; 1952): nenhuma expressão poderia submeter-se a uma análise em termos de valor de verdade, em virtude do fato de que verdade e falsidade não são predicados de expressões mas propriedades de asserções. Pensamos ser suficiente apontar aqui que a dependência contextual do valor de verdade das expressões é realmente uma propriedade geral das expressões das línguas naturais e que essa relatividade na atribuição de valores se contempla muito bem em trabalhos como os de Lemmon (1966), Davidson (1967), Lewis (1972), Montague (1972), etc. E, evidentemente, prever as condições necessárias e suficientes de qualquer expressão da linguagem não necessita a definição de uma completa série de contextos possíveis – esse cúmulo de variáveis – na medida em que o valor efetivo e atual de uma particular expressão em uma particular situação discursiva

é irrelevante para a teoria semântica (Veja-se, por exemplo, KEMPSON, 1975; 1977). Outro lugar comum na argumentação é que interrogações, imperativos e mesmo orações indicativas, como as performativas, não poderiam ter adequado tratamento na perspectiva da semântica formal. Não vamos aqui discuti-lo, sobretudo porque devemos elaborar um pouco mais os estudos preliminares que fizemos *página 12* em um dos “planos de estudo” que relatamos adiante.

Há uma forma mais radical, e mais interessante para estimular nossa reflexão (mesmo que discutível e em alguns casos equivocada), no pensamento atual de Lakoff quando se opõe à semântica formal. Dado que suas ideias não são completamente compartilhadas pelos co-responsáveis pelo seminário, resumamos aqui o ponto de vista que manifestou nas discussões e textos-suporte. (E aproveitamos para observar, nestes parêntesis, que nossa exposição não corresponde a notas de curso mas à reelaboração e organização dessas notas com base na bibliografia e no nosso próprio estudo. Aliás, porque Lakoff não primou pelo preparo nem pela ordenação de suas exposições.)

Opondo-se a um realismo ingênuo, Lakoff se afasta de uma concepção da linguagem enquanto reflexo da estrutura do mundo; a linguagem reflete a experiência humana do mundo. Falemos de um “realismo-experencialista” e, derivadamente, de uma “linguística experiencial” como Lakoff substitui a expressão “linguística cognitiva” de um ainda recente texto programático (LAKOFF; THOMPSON, 1975a, 1975b). A básica proposição dessa linguística é a de que as características estruturais universais da linguagem são determinadas em grande medida (se não totalmente) por uma ampla variedade de fatores da experiência humana, entre os quais os que se determinam na percepção, nas formas de raciocínio, nas emoções, nos estoques da memória, no desenvolvimento sensorio-motor, no desenvolvimento cognitivo, etc. e até na natureza do corpo. Não existem, pois, de modo algum, quaisquer puros universais linguísticos, sendo a linguagem um caso especial de outros processos da

mente e do corpo, limitada pela capacidade extralinguística (perceptiva, emotiva, etc.) do homem.

Uma primeira consequência: ao contrário do ponto de vista tradicional na análise semântica, as propriedades dos objetos do mundo (que é o que é, ou que são o que são) não podem considerar-se inerentes ao seu modo de ser o que são e nem relevantes diretamente para uma semântica das línguas naturais, na medida em que sua categorização e manifestação pela linguagem é sempre mediada pela experiência complexa de quem opera sobre eles. Em síntese, esse processo experiencial pode descrever-se assim: nós nos entendemos a nós mesmos como entidades autônomas, limitadas e discretas, e do mesmo modo entendemos nossa experiência em relação aos objetos do mundo; para que isso se faça, devemos privilegiar um sentido de orientação de nós mesmos e dos objetos no meio ambiente, espacializar-nos; nossa experiência é, pois, pluridimensional, dependendo de nossas diretas interações com outros, com a cultura da comunidade, com o entorno físico objetivo; o processo de categorização do mundo, fundamental para a nossa **página 13** compreensão dele e para agirmos nele, faz-se em termos das propriedades interacionais, isto é, das que decorrem dos processos perceptivos, da atividade motora, das relações parte-todo, dos esquemas funcionais em que os objetos se situam, dos propósitos de nossa ação, da natureza de nossas relações com os outros; as categorias são, nesse sentido, “*Gestalts*” experienciais que servem como background para entender aquilo que experimentamos como um aspecto de um amplo sistema de relações (uma *Gestalt* pressupõe a presença de outra e das conexões de dependência entre elas resulta um extraordinariamente rico e complexo background, cuja estrutura é necessária para a compreensão de uma dada situação e de sua representação na linguagem); inseridas assim em um processo complexo, as categorias podem estender-se em várias direções, são relativamente indeterminadas e abertas (*fuzzy categories*) e operam em termos de protótipos (ROSCH, 1973; 1975a,b,

1977, 1978 – estes grifados mais referidos por Lakoff; também MERVIS; ROSCH, 1981; ROSCH, MERVIS, GRAY, JOHNSON; BOYES-BRAEM, 1976) aos quais os objetos se associam em função de uma similaridade global (imaginística e holística) – por uma “*sufficient family resemblance*” – e não porque compartilhem com o protótipo um certo conjunto de propriedades criteriosais (ou definicionais); em todo o processo predominam relações ‘metafóricas’, ou como diríamos – analógicas. (Além das obras de Lakoff já citadas, examine-se LAKOFF e JOHNSON, 1980, particularmente do capítulo 15 em diante).

Percebe-se facilmente por que Lakoff (e nesse ponto Kay, Fillmore também) se recusa a prosseguir em uma análise semântica das palavras em termos exclusivos de traços representando propriedades características e definicionais, seja em conjuntos (sobre os quais se opere como na teoria de Katz e Fodor) seja estruturadas na forma de um cálculo de predicados (como, por exemplo, em Bierwisch). No artigo sobre *hedges*, referido acima, os critérios de significação diferem dos tradicionais traços semânticos em que representam processos de seleção contextual de determinadas propriedades, em que estas não são necessariamente finitas em número e em que constituem *fuzzy categories*. Mais claro agora, enquanto propriedades interacionais, elas não são necessariamente adstritas à descrição de uma expressão linguística, mas associadas a uma “Gestalt” experiencial de que a descrição semântica é dependente.

Esse passo nos permite voltar ao tema apontado em (a) logo acima e por ele ao tema que nos ocupava aqui em (b). O sentido das expressões deixa de considerar-se uma função das palavras a mundos mas das palavras a ‘esquemas cognitivos’, como sugere Kay (veja-se supra), levando Lakoff a uma “teoria experiencialista” da verdade. Nós entendemos, diz ele (LAKOFF; JOHNSON, 1980) uma asserção como sendo **página 14** verdadeira ou falsa em uma situação determinada quando a compreensão do enunciado coincide com nosso entendimento da situação de modo suficientemente próximo e compatível com nossos

propósitos na ocasião. Essa compreensão resulta de nossa interação com a própria situação, o que faz da verdade uma relação sempre dependente (ou uma propriedade sempre dependente) do esquema cognitivo (ou sistema conceptual) em jogo. (Os parêntesis revelam oscilações de Lakoff). E como nossa possível compreensão das situações é sempre parcial, nunca temos acesso à inteira verdade ou à verdade absoluta das perspectivas filosóficas objetivistas e realistas. Por outro lado, nossa compreensão não é um processo de relacionamento entre dois modelos estáticos e completos mas proporcional a uma experiência, a um background, em contínuo ajustamento e crescimento que deriva de nossa atividade bem sucedida no ambiente social, cultural e no ambiente físico. Pelo que não se pode conceber uma teoria semântica que não seja, indistintamente, uma teoria pragmática, em que não se pode falar de ‘condições de verdade’ senão em termos de um largo corpo de verdades e diferentes critérios para a verdade e a realidade. Esse radical relativismo, que Lakoff, não de todo propriamente, refere a Wittgenstein, torna inviável falar-se do sentido de uma expressão como função exclusiva do sentido de suas partes, pois ela mesma, a expressão, é o instrumento parcial de um ato, por sua vez parte de um processo complexo, por sua vez um momento de sua própria história. Na expressão de Lakoff (LAKOFF, 1977) “o sentido do todo é bem maior do que o sentido de suas partes”, sendo a diferença suprida pelos vários aspectos do conhecimento do falante (e do ouvinte). Por isso, não se pode falar, segundo Lakoff, de quaisquer particulares representações semânticas bem formadas, completamente especificadas; pelo que não se pode falar da estrutura lógica das expressões ou sentenças. Nosso conhecimento da linguagem não nos oferece senão alguns parâmetros indeterminados, uma especificação parcial da estrutura semântica das expressões.

O que chamamos de conhecimento científico ou de ciência não seria, pois, senão uma forma especial de esquema cognitivo, uma entre outras “*folk theories*”. No interior desse esquema ou corpo de

esquemas correlacionados, é que se impõem restrições advindas de um tipo particular de atividade e experiência, exigências de completa especificação, coerência e consistência; e é sobre expressões da linguagem formal construídas para os propósitos dessa prática que se pode exercer uma análise estatística rigorosa; é nas relações entre as expressões dessas linguagens e objetos formais de outro sistema tomado como modelo de interpretação que se pode definir com precisão uma semântica formal.

página 15

c) – Afastando-se de uma tradição semântica que tem suas raízes na filosofia e na lógica, o grupo de Berkeley (chamemo-lo assim) busca apoio em pesquisas e noções que se originaram na antropologia, com desenvolvimentos na psicologia contemporânea e utilização nos projetos de “inteligência artificial”. Na antropologia, a noção de “frame” aparece para contrapor, a uma direta e errônea tradução de representações de funções ou elementos de uma cultura em termos de outra linguagem e cultura (a do pesquisador letrado), um instrumento de análise que situe esses elementos e funções em esquemas relacionais apropriados onde realmente são significativos (cf. por exemplo GOFFMAN, 1974, agradecendo a M. Gnerre ter-me chamado a atenção para isso e a referência). Na psicologia, muitos autores vêm reforçando as hipóteses de que o processo cognitivo, particularmente o processo de categorização, se desenvolve a partir de semelhantes esquemas relacionais e interacionais. (Vejam-se por exemplo os trabalhos citados na bibliografia de Katherine Nelson (particularmente 1973; 1974) e de Cláudia T. G. de Lemos, que, em diferentes abordagens teóricas põem em evidência diferentes tipos de formação de “frames” que aproximadamente corresponderiam aos cognitivos e interacionais de Fillmore; esses trabalhos não são, certamente, incompatíveis no fundamental com a teoria piagetiana que analisa a permanência e categorização dos objetos em um conjunto estruturado de esquemas funcionais e relacionais e mesmo com a teoria relacional de Cassirer (sobretudo CASSIRER, 1953)). Enfim, no

desenvolvimento dos projetos de “inteligência artificial”, se afirma que os processos “gramaticais” (a sintaxe da linguagem de programação), a interpretação semântica ou processos de dedução (uma coleção de rotinas semânticas necessárias para interpretar o sentido das palavras e estruturas) e um sistema cognitivo dedutivo para explorar consequências dos fatos (decisões que orientam o processo, corrigem-no e o reorientam) não podem representar-se separadamente, em distintos componentes, na medida em que o próprio desenvolvimento de formulação e compreensão das expressões dependem a cada passo das interconexões desses sistemas. Na concepção de Winograd, por exemplo (WINOGRAD, 1972, 1973, 1976), uma expressão qualquer (por exemplo, “*deixe a caixinha por mim*”) não pode ser interpretada a partir de representações isoladas em termos de características descritivas (de “*caixinha*” ou “*caixa*” e “*-inha*”), mas de representações funcionais e relacionais complexas que associam o conhecimento de uma “entidade” (como elemento de um esquema) a outras entidades (classes, acontecimentos, fatos, costumes, etc. como, no caso do exemplo, o fato de que se costuma pagar gorjetas nos cafés de São Paulo, que para isso há uma caixinha ao lado do caixa, que há pequenos cartazes com a expressão popular “*caixinha, por favor*”, etc.) formando uma rede de elementos desempenhando papéis específicos diferentes de **página 16** papéis que desempenham em outras situações descritas em outros esquemas. Tais esquemas são indispensáveis para compreender processos de determinação (de adjetivos ou verbos sobre nomes, de advérbios sobre adjetivos e verbos, etc.) em que a propriedade ou característica atribuída não se inscreve somente no objeto ou processo modificado (como em “*escolhas marcadas*” – “*cartas marcadas*”, “*letra de imprensa*”, “*escola de automóvel*”, “*falar confiantemente*”, etc.) Assim, cada termo não remete a uma lista de especificações mas a diferentes esquemas cognitivos que se interrelacionam (WINOGRAD; DOBROW, 1977). De modo semelhante, Minsky recorre à noção de frame para elaborar sua teoria “parcial” do pensamento (MINSKY, 1974) definindo-a

como conjuntos de dados estruturados de “situações estereotípicas” armazenadas na memória. Somente em um nível prototípico um frame é relativamente estável ou mesmo imutável representando os elementos do estereótipo sempre verdadeiros nesse dado estereótipo. Outros elementos e relações se apagam e desfazem, se modificam e transformam para adaptar-se à realidade em seus mutáveis detalhes conforme diferentes exigências contextuais. Esses *frames* se organizam em *frame-systems* no mesmo processo dinâmico de transformações. (Compare-se também com a noção de “script” implícita em SHANK, 1972; exposta em SHANK; ABELSON, 1975). Tais esquemas (*frames* ou *scripts*) permitem aos interlocutores simplificar e reduzir grande parte das informações explícitas no discurso em virtude do fato de que a informação parcial associada aos esquemas implícitos permite as inferências necessárias ao complemento das especificações necessárias à situação ou ao próprio sentido do que se pretende efetivamente dizer.

Com essa rápida apresentação de algumas fontes, voltemos a um dos temas recorrentes nos seminários. Fillmore apresenta a noção de maneira mais clara e mais prudente (FILLMORE, 1975, 1976, 1977). Ele não supõe desde logo uma dependência estrita dos componentes de uma descrição da linguagem a mecanismos de produção e compreensão extra-linguísticos nem os desfaz em uma teoria generalíssima do conhecimento. Procura, porém, mostrar a necessidade de se integrar à caracterização da linguagem, precisamente à descrição da gramática e do léxico, a descrição de um processo de “*framing*”, isto é, o recurso que se deve fazer ao perceber, pensar ou comunicar-se, a certas formas estruturadas de interpretar as próprias experiências. No quadro dessa descrição, as noções relevantes são a de contexto (em que temos a experiência e que oferece a base de nosso conhecimento das expressões e seu sentido), a noção de protótipo (a que nos referiremos mais adiante), a noção de *frame*, e a de “*semantic memory*” (em que se representa uma imagem mais ou menos coerente do mundo sujeita a transformações num processo cultural intercomunicativo (cf. QUILLIAN, 1968). página 17

A noção de *frame* em Fillmore apresenta similaridades com a noção de esquema cognitivo em Lakoff e Kay. Em primeiro lugar, Fillmore também insiste (demais) no caráter externo – pré-linguístico e extra-linguístico – dos *frames* que se constituem na dependência de relações sociais específicas ou de processos psicológicos, ou melhor, cognitivos. Na interação social os indivíduos fixam (relativamente, na medida em que sempre os *frames* se definem na suposição de um contínuo ajustamento, extensão e transformação) determinados contextos em que localizam os coparticipantes de atividades e se localizam a si próprios em papéis definidos. No caso da comunicação, tais frames são relevantes para escolhas do apropriado sistema linguístico e das formas linguísticas apropriadas à situação. No caso dos processos de estruturação, categorização e interpretação das experiências, os procedimentos devem ser mais complexos e variados entre os quais a relação entre os objetos percebidos e os processos do próprio corpo envolvido na percepção, na determinação dos pontos de referência para localização espacial e temporal, na manipulação e movimentação, etc.; a seleção de pontos focais, graus de intensidade (“*hues*”) que caracterizam a organização das categorias em termos de protótipo, a seleção de organizações de papéis ou funções dos elementos relacionados, a seleção de diferentes tipos de relação predominantes na organização do real; particularmente, a constância da relação de causa-efeito na concatenação dos fatos, e mesmo os processos de representação e simbolização.

Fillmore insiste mais (e reforça isto pelos exemplos que escolhe) na relevância da noção de *frame* para a descrição do léxico. Em primeira aproximação, a representação de elementos lexicais em função de tais esquemas relacionais já se encontra em sua análise dos verbos de julgamento (FILLMORE, 1971) e se estende em artigos posteriores (cf. obras citadas antes). Mas a noção possui também importância para a concepção de semântica de Fillmore e para entender-se as correlações entre estrutura semântica e estrutura sintática. Tratemos agora da

primeira, visto que a segunda foi objeto de exposições de Fillmore no segundo *quarter* do semestre, que descreveremos depois.

Na linha de Kay (e Lakoff (?)), o sentido das expressões deve ser relativizado em relação às “*scenes*”, postas em perspectiva pela seleção de uma ou outra forma de organização da construção (nós falávamos, antes, de diáteses verbais como da propriedade dos verbos de “ativar” determinados e distintos esquemas de funções ou casos). A escolha dessas perspectivas deriva, em parte, do fato de que o repertório de casos utilizáveis nas construções não pode corresponder a um completo conjunto das noções necessárias à descrição de uma situação determinada. **página 18** Assim, no exemplo de Fillmore, na descrição de uma situação de compra-e-venda se exige a presença do comprador, que oferece certa quantia de dinheiro (que por sua vez se relaciona a outro esquema de valores e imagens) para obter alguns bens; de outro lado, o vendedor entrega os bens (também dependentes de um esquema comercial mais amplo) e recebe o dinheiro. Mas as construções das expressões referentes a esse acontecimento comercial podem situar-se em diferentes perspectivas pela escolha dos elementos a preencher determinada função gramatical (por exemplo: “*Comprei uma dúzia de rosas*”, “*comprei rosas de João*”, “*João me vendeu as rosas*”, “*Paguei cento e cinquenta cruzeiros pelas rosas*”, “*Paguei ao João cento e cinquenta cruzeiros*”, “*Meia dúzia de rosas custa cento e setenta e cinco cruzeiros*”, etc.). Em cada caso, o falante se refere à cena a partir de diferentes pontos de vista e colocando em perspectiva diferentes objetos. Para Fillmore, a tarefa de uma semântica linguística consiste no estudo das diferentes “cenas cognitivas que são criadas ou ativadas pelos discursos efetivos” (cf. FILLMORE, 1977: 73). O conjunto dessas diferentes “cenas”, armazenado na memória, com um complexo sistema de relações e correlações constitui a base para a interpretação de qualquer discurso, a mediação entre o discurso e a realidade. Mas este complexo se constrói e se explica independentemente da linguagem (cujo papel seria somente facilitador) pelo que à semântica

linguística restaria, somente, descrever os diferentes modos pelos quais tais esquemas cognitivos são evocados pela forma de construção de particulares expressões.

d) – Uma das fontes da desconsideração do papel da linguagem no processo de construção do sistema cognitivo não se relaciona já à antropologia (onde a noção de *frame* mantém conexões com o relativismo linguístico) mas a uma certa orientação da psicologia contemporânea dos Estados Unidos. Tomemos este ponto para introduzir uma outra noção fundamental à compreensão dos trabalhos do grupo de Berkeley. Ele tem a ver com a teoria da categorização em termos de protótipos, sobretudo desenvolvida por Eleanor Rosch (cfr. trabalhos da autora citados na bibliografia) a partir de uma revisão feita, em estudo “*cross-cultural*” do problema da considerada arbitrariedade na nomeação e distribuição das cores. Uma rápida revisão do contexto desses trabalhos e do quadro teórico que emerge vale para melhor compreender-se a noção de protótipos.

O nome das cores foi sempre um exemplo favorito de filósofos e linguistas interessados na diferente maneira em que a linguagem organiza os conteúdos de domínios da realidade; os psicólogos também muitas vezes se interessaram pelo tema, interrogando-se sobre eventuais saliências perceptivas determinantes dessas diferentes partições das graduações contínuas do espectro e capazes de página 19 caracterizar algumas coordenadas descritivas justificadas em razões psicológicas; antropólogos trouxeram os dados de inúmeras diferentes culturas, com uma certa tendência a considerá-los no quadro do relativismo linguístico das hipótese de Humboldt-Sapir-Whorf, insistindo na arbitrariedade e convencionalidade das expressões linguísticas das cores, ou em sua dependência funcional dos “avanços” técnicos da cultura. Este, significativamente, era o contexto de formação de E. Rosch (Heider). De fato, em Harvard da década de cinquenta, as ideias de Whorf, publicadas em vários artigos (reeditados em WHORF, 1956) se comparavam ao

relativismo cognitivo (por exemplo, BRUNER, 1956) embora não em sua forma mais radical, e uma das preocupações, sobretudo dos psicólogos, residia no problema prévio de como testá-las. As diferenças estruturais entre sistemas linguísticos deveriam poder colocar-se em paralelo a diferenças cognitivas e a linguagem natural deveria poder comparar-se com traços específicos da visão-de-mundo da comunidade cultural que a aprendia e utilizava (cf. LENNEBERG, 1953), por meio de experimentos e procedimentos que evitassem o círculo-vicioso de Whorf (em que as únicas evidências de específicos esquemas cognitivos se viam através de evidências linguísticas que, na hipótese, deveriam determiná-los). Nesse sentido, pareciam oferecer suporte a uma hipótese relativista atenuada (de correlação entre cognição e linguagem e interdependência, não de uma causalidade estrita da primeira pela segunda) as experiências para determinar a relação entre os resultados obtidos em testes de reconhecimento das cores e a variável codabilidade da cor considerada na linguagem dos sujeitos da experiência, realizadas por Brown e Lenneberg (BROWN; LENNEBERG, 1954), confirmadas em seus resultados por pesquisas independentes posteriores (LANZ; STEFFLRE, 1964; STEFFLRE; VALES; MARLEY, 1966; VAN DE GEER; FRIJDA, 1960; VAN DE GEER, 1960). Mas Brown, Bruner e mais particularmente Lenneberg já passavam a levantar questões que poriam em dúvida seus próprios resultados. Este, em um resumo de sua pesquisa de doutoramento (LENNEBERG, 1957), já levantava sérias reservas aos experimentos de laboratório como realmente suscetíveis de extensão aos efetivos processos de aprendizado e sistemas cognitivos envolvidos na realidade. De modo preciso, argumentava contra a execução de tarefas sobre classes de objetos completamente determinadas, sem considerar-se a possibilidade de uma variação em grau na relação de pertinência dos objetos a classes. Trabalhando ainda sobre cores, ele mostra ao contrário que “os conceitos se caracterizam melhor como áreas de muito clara e muito apagada tipicidade sobre um

estímulo contínuo”, o que se poderia traduzir na terminologia de agora (como o faz Brown na magnífica revisão de sua teoria, de que tomamos emprestadas estas últimas referências) em que as cores, página 20 como provavelmente outras classes de referência, não são classes propriamente definidas, mas *fuzzy-sets* em que a propriedade de ser ou não membro se associa a um valor probabilístico expresso em uma variação entre 1 e 0 (BROWN, 1976; cf. comunicação pessoal de Lenneberg trazida em BRUNER, GOODNOW; AUSTIN, 1956; também cf. FRENKEL-BRUNSWICK, 1949; para a caracterização formal dos *fuzzy-sets*, ZADEH, 1965, 1971). Outra antecipação de Lenneberg se encontra em seu artigo metodológico (LENNEBERG; ROBERTS, 1956) em que recomenda que, no estudo das questões antropológicas e psicológicas a que serve o problema das cores, se principie por um inventário amplo dos termos usados para sua designação, separando deles os que o são de modo consistente e classificando-os segundo critérios linguísticos em básicos e marginais; prevê-se que, com esses cuidados, não se irá além de uma dúzia de termos básicos nas diversas línguas naturais. Lenneberg e Roberts recomendam, ainda, certas técnicas de coleta de dados que permitam obter dos informantes de várias línguas não somente o domínio de cada termo básico de cor mas, também, a faixa de cor que lhe parece mais típica e característica do termo em questão. Mais tarde, discutindo resultados contraditórios obtidos em sua pesquisa (1954) e estudo de Burnham e Clark (1955), que não é o caso de decrever aqui, Lenneberg sugeria o abandono da conclusão de que a alta codabilidade (e portanto aspectos do processo linguístico) é que propriamente facilitaria as tarefas de reconhecimento (tal como fora proposto em sua pesquisa com Brown), substituindo essa hipótese pela de que é o nosso hábito de estruturar semanticamente as cores que oferece um certo número de pontos de apoio (pontos focais) para o processo de categorização e cognição. Estão aí preparados os métodos e as hipóteses para o trabalho posterior de Berlin e Kay e de Eleanor Rosch: pode-se considerar que

os elementos no âmbito de certo conceito (no sentido mais vago dos trabalhos de psicologia) se situam diferentemente em relativas distâncias de elementos típicos; os elementos de mais alta tipicidade constituem ponto de apoio para o processo de categorização, donde a relevância para processos cognitivos da noção de protótipo; Brown, 1958, ainda fala de objetos com “verdadeiros nomes”, isto é, aqueles que se atribuem aos objetos mais conformes à utilização deles em determinados contextos, mas reconhece mais tarde (BROWN, 1976) que a hipótese mais natural, com o abandono do relativismo linguístico, é a a estruturação dada na própria realidade.

Berlin e Kay (1969) publicaram seu magnífico estudo sobre a evolução e a universalidade das palavras de cores, resultado de uma pesquisa com informantes de vinte línguas nativas de diferentes famílias linguísticas em que adotaram os procedimentos de Lenneberg e Roberts embora com uma grande ampliação dos instrumentos, página 21 dados e propósitos. Confirmam as previsões a respeito de um número restrito de cores básicas (no mínimo duas (dani) e no máximo 11 (inglês)), adotando alguns critérios linguísticos para a seleção dessas cores, como o da exclusão dos termos compostos (por exemplo, *azul marinho*, *rosa-choque*) e dos termos obtidos por derivação imprópria de nomes de bons exemplos de objetos de uma determinada cor (*esmeralda*, *café*, etc. – exemplos ilustrativos obviamente meus). Ao contrário de um recorte arbitrário do espectro, descobriram que as diferentes línguas efetuam a partição segundo certas “regiões focais” muito estáveis (branco e preto; branco, preto e vermelho; branco, preto, vermelho e amarelo ou verde; para seguir com o azul, o marrom e finalmente uma ou outra das cores marginais, como púrpura, rosa, laranja, cinza); confirmaram, ainda, a hipótese de Lenneberg de que tais pontos focais paradigmáticos correspondiam às faixas de cores consideradas o exemplo melhor das cores básicas referidas nas diversas línguas estudadas; enfim, notaram que essas coordenadas permitiam definir uma escala preditiva do uso

e evolução dos diferentes nomes de cores, possuindo uma língua o termo de uma cor menos focal ou básica somente quando todos os parâmetros de nível superior já estivessem representados por termos básicos específicos. Berlin e Kay concluíram, então, que a ênfase anterior dos estudos antropológicos nas diferenças entre várias culturas decorria do fato de que se atentava mais para os limites das categorias de cores do que para o sistema de pontos focais e grau de tipicidade.

Os trabalhos de Rosch começam por comparar, em testes de reconhecimento, duas culturas extremamente distintas (americana e dani), principalmente no que diz respeito às designações de cores. Como vimos, os dani utilizam comumente “mili” para qualquer coisa como “escuro” e “mola” para contraste das cores brilhantes, um número mínimo em comparação com a mais ampla série de nomes de cores do inglês. Sem deter-nos nos detalhes da técnica rigorosa utilizada (cf. trabalho de Rosch, indicado na bibliografia ainda sob o nome de Heider: HEIDER; OLIVIER, 1972), basta lembrar que os resultados não confirmaram uma hipótese relativista, no sentido mais forte, apesar dessas condições ideais: pequenas diferenças, não significativas, distinguiram os dani dos americanos de modo a mostrar que as diferenças de linguagem não eram correspondidas por diferenças no processo cognitivo. Em trabalho mais ambicioso e sobre dados obtidos de informantes de mais diversas línguas nativas, Rosch ampliou esses resultados de maneira mais decisiva (HEIDER, 1972): confirmou a hipótese de um número limitado de “áreas focais” em que se encontram as melhores instâncias das categorias de cores correspondentes aos nomes usados em uma determinada língua; confirmou a ordem de aparecimento e evolução dos nomes de cores segundo as coordenadas estabelecidas em Berlin e Kay; verificou que tais cores são mais facilmente página 22 reconhecidas e memorizadas na mesma ordenação, mesmo quando os indivíduos na experiência não dispunham (caso dos danis) dos nomes correspondentes a toda a escala. Embora tenha iniciado suas pesquisas no espírito do mais

forte relativismo cognitivo e determinismo linguístico, Rosch conclui por uma tese de universalismo e de não significatividade da linguagem: a estrutura das cores é determinada por uma escala multidimensional de dados perceptivos que é provavelmente a mesma para todas as comunidades humanas das mais variadas culturas e não relacionada à estrutura determinada pelos dados linguísticos. Sobre esses resultados iniciais, Rosch precisou algumas hipóteses mais gerais para uma teoria da categorização de modo a estendê-la a outros domínios naturais (Vejam-se ROSCH, 1975a, 1975b, 1977, 1978; ROSCH; MERVIS, 1975; ROSCH; MERVIS et alii, 1976; ROSCH; SIMPSON et alii, 1976; MERVIS; ROSCH, 1981). Apresentamos um resumo dessas pesquisas, de grande influência no contexto que descrevemos aqui, adotando o mesmo modo que vimos usando de destacar os tópicos mais importantes.

O primeiro alvo do processo crítico que essas pesquisas envolvem é a descrição clássica da formação dos conceitos em termos de propriedades ou atributos categoriais ou característicos que se combinariam em conjuntos definidores, contrapostos uns aos outros pela presença ou ausência de determinado traço. Uma condição para a justificação de uma tal teoria certamente pressuporia que as propriedades dos objetos do mundo, se incluíssem em um conjunto universal (cf. PALMER, 1974) combinando-se livremente, sem restrições. Mas é fácil de ver que tais atributos, na realidade, são mais ou menos compatíveis uns com outros e se organizam em esquemas determinados em que somente algumas das possíveis combinações podem realizar-se. Tais restrições são impostas pela própria realidade. Rosch não recusa a possibilidade de um processamento ou de uma representação das categorias em termos de traços semânticos, com os quais, aliás, largamente opera (cf. ROSCH, 1978) mas sim recusa as hipóteses que se baseiam numa apreensão e organização de traços semânticos como processo de formação dos conceitos e uso das palavras categoriais correspondentes (como na teoria de Clark (1973)) ou outros da escola de Stanford (por exemplo, SMITH,

SHOVEN e RIPS, 1974), ou que supõem o mesmo procedimento de um “cálculo” de traços categoriais para se operar com categorias. De fato, essas hipóteses seriam incompatíveis com os fatos relativos à existência de elementos básicos ou categorias básicas, prototípicas, e com os fatos relativos à não equivalência operativa de elementos incluídos em uma mesma categoria geral.

Um objeto pode ser classificado em diferentes níveis hierárquicos (ou como em BROWN, 1958, receber diferentes nomes), mas um desses níveis pode considerar-se o básico ou mais fundamental que outros do ponto de vista da eficiência cognitiva **página 23** (os “verdadeiros nomes” de Brown). Esse nível básico corresponde àquele a que os informantes atribuem um número maior de atributos comuns, os objetos são, nesse nível, mais facilmente e amplamente considerados como elementos da categoria nomeada e, por isso mesmo, mais similares entre si (por exemplo, entre “instrumento musical”, “guitarra” e “guitarra elétrica”, ou “móvel”, “cadeira”, “cadeira de balanço”, etc. o nível básico coincidiu em grande parte com o nível medio de abstração – “guitarra”, “cadeira”, etc. – cf. ROSCH, 1977). É interessante notar aqui que a atribuição de propriedades ao nível básico incide predominantemente sobre propriedades funcionais (ROSCH; MERVIS et alii, 1976), bem como se representam de modo similar ações de movimentos das pessoas que com os objetos desse nível interagem (o que reforça seu aspecto funcional, no sentido de Nelson (1979)). O nível básico de categorização relaciona-se também com fatores linguísticos, tal como a representação dos objetos por nomes simples (BERLIN; KAY, 1969; cf. também NEWORT; BELLUGI, 1978, para um paralelo na American Sign Language), o fato de que tais nomes são utilizados mais frequentemente e mais espontaneamente tanto por adultos como por crianças na fase de aquisição da linguagem (ROSCH; MERVIN et alii, 1976; BROWN, 1958, 1976; ANGLIN, 1977), o fato de que os nomes para os níveis básicos de categorização se aprendem antes que os nomes para os níveis super

e sub-ordenados (ROSCH; MERVIS et alii, 1976; NELSON, 1979; STROSS, 1973; DOUGHERTY, 1978, ANDLIN, 1977) o que encontra paralelo na evolução dos nomes em diferentes culturas (BERLIN, 1972). De qualquer modo, com exceção da categorização em domínios muito específicos, como o das cores ou certos domínios botânicos e zoológicos (BERLIN, 1972; BERLIN et alii, 1973; BROWN et alii, 1976) Rosch reconhece que a determinação do nível básico é função, em grande parte, da cultura e mesmo de capacidades individuais (ROSCH et alii, 1976; MERVIS; ROSCH, 1981; DOUGHERTY, 1978). Tais resultados experimentais colocam em dúvida a descrição do processo de categorização mediante a abstração de traços criteriosais em geral representativos de níveis super-ordenados como “animal”, “instrumento musical”, etc.

Mas o modelo clássico de “formação dos conceitos” fica mais discutível em se observando os problemas encontrados para confirmar, a nível cognitivo e comportamental, uma relação de equivalência entre membros de uma mesma categoria, o que parece óbvio a partir da concepção das categorias como estabelecidas por critérios necessários e suficientes para a pertinência de seus membros. Recordemos, de início, como Berlin e Kay mostraram que os diferentes sistemas de organização das cores se harmonizam e clarificam quando se admite uma variação marginal em torno de “pontos focais” ou “bons exemplos” de uma determinada cor. Mas essa **página 24** graduação de representatividade dos membros de uma categoria em relação a essa mesma categoria parece valer para outros objetos e categorias naturais (móveis, aves, mamíferos, cachorro, brinquedos, etc.) sobre as quais se julgou logo necessário estender as hipóteses de Berlin e Kay, dada a especificidade do caráter de continuidade do espectro das cores. É preciso logo notar que como a noção de atributo, a noção de representatividade ou tipicidade se definiu nos trabalhos dos psicólogos de modo operacional, isto é, por meio da avaliação das respostas obtidas dos sujeitos em diferentes

experiências; a consistência nessas respostas de modo a fixar como mais representativo da categoria o objeto a que os sujeitos atribuem o maior número de atributos comuns a outros membros da mesma categoria (cf. abaixo a noção de “*family resemblance*”, ROSCH; MERVIS, 1975). E o acordo obtido em diferentes situações e condições técnicas de experiência aponta fortemente na direção de uma significativa diferença no grau de pertinência atribuído a membros das mesmas categorias naturais. Assim, as respostas sobre se um objeto x pertencia ou não a uma determinada categoria em testes de rapidez no processamento (ROSCH, 1975b; ROSCH, 1975a; ROSCH; SIMPSON et alii, 1976; SMITH et alii, 1974; HAMPTON, 1979, etc.); a ordem e a frequência na menção dos objetos apontados como mais representativos em testes de produção espontânea (BALTIC; MONTAGUE, 1969; MERVIS et al, 1976; ROSCH; SIMPSON et al, 1976); a prioridade e a maior facilidade no aprendizado das categorias básicas e de seus objetos mais representativos (MERVIS; PANI, 1980; NELSON, 1987; POSNER; KEELE, 1968; HOMA et alii, 1973, etc.); o processo de aquisição das categorias básicas e objetos representativos antes de outros (particularmente, NELSON; NELSON, 1978; NELSON, 1974; ANGLIN, 1977); e o que é ainda mais significativo, por contrariar precisamente uma das propriedades formais da equivalência, o fato de que as relações entre membros da mesma categoria são assimétricas, quando se tomam por base respostas a respeito da similaridade (os mais representativos são menos similares aos menos representativos, e os menos representativos mais similares aos mais representativos (ROSCH, 1975c; TVERSKY; GATI, 1978; RIPS, 1975). Considerem-se, ainda, com destaque para nosso campo de investigação, os artigos de Lakoff (1973) e Kay (1979) sobre os *hedges*, comentados em (a), pgs 9 e segs. deste relatório, bem como a graduação na representatividade de várias categorias linguísticas, consideradas do ponto de vista semântico ou sintático, que se mostra em vários recentes artigos (ROSS, 1972, 1973a, 1973b; FILLMORE, 1975, 1977; LAKOFF,

1977; DEVILLIERS, 1980, COLEMAN; KAY, 1981, etc.) alguns dos quais se retomarão ao discutirmos as ideias do grupo de Berkeley em sintaxe. **página 25**

Sobre esses dados, Rosch constrói uma teoria da categorização em que as noções de protótipo, categoria básica, “*family resemblance*” desempenham um papel importante. O processo de categorização funciona com base em traços categoriais definidores somente em um processo reflexivo, analítico, próprio da construção de teorias ou representações, ou a um nível mais elevado de abstração. Psicologicamente, as categorias básicas se definem em termos de protótipos, isto é, não porque os elementos compartilhem um certo conjunto fixo de propriedades com os elementos prototípicos mas porque se comparam e se associam aos protótipos de um modo mais ou menos aproximativo. Recordemos que os membros de uma dada categoria diferem na extensão dos atributos de que participam em relação a outros membros da mesma categoria. A essa variável chamaram Rosch e Mervis (1975, cf. também MERVIS; ROSCH, 1981) “*family resemblance*” (referindo o termo a WITTINGSTEIN, 1953). Os itens que se mostram reconhecidos pelo mais alto grau de “*family resemblance*” são aqueles que também possuem o maior número de atributos comuns (e, contrariamente, são os que apresentam o menor número de atributos comuns a outras categorias relacionadas, o que lhes assegura um grau de máxima similaridade no interior da mesma categoria e o máximo contraste em relação a membros de outras categorias). Um aspecto importante dessa perspectiva é o de recuperar, para certos efeitos, a noção de *Gestalt*; de fato, o reconhecimento dos protótipos e a comparação com eles de outros membros da categoria não parece fazer-se em termos de uma análise de atributos, mas mediante a percepção global, gestáltica, configuracional (cf. HUNN, 1975); assim, os protótipos e mesmo outros membros das categorias básicas que a eles se associam podem ser identificados mais facilmente em termos de porções mais estruturadas de atributos comuns (não neessariamente

criteriais) ou mesmo com base em representações mentais bem diferentes de conjuntos ou listas de elementos verbais, na forma de uma imagem (ROSCH, 1977; compare-se também ATTNEAVE, 1957, POSNER et alii, 1967). Grande parte dos processos de categorização podem depender, pois, de uma configuração padrão a partir da qual se geram outras configurações mediante procedimentos transformacionais, de modo que o padrão de base, prototípico, pode na verdade definir-se como uma família de configurações ou padrões.

Num resumo como fazemos, a noção de protótipos pode ficar muito vaga para evitar malentendidos. E a própria E. Rosch nos adverte disso. A noção foi definida operacionalmente, conforme o julgamento das pessoas inseridas em uma determinada cultura e falando uma determinada língua. Não se pode, pois, reificá-la como se fosse uma determinada estrutura sobre a qual se possam colocar questões de limites ou de elementos (exatamente como se quer evitar quando se fala de categorias). Trata-se de uma noção empírica tanto quanto a avaliação dos julgamentos que justificam a *página 26* sua utilização teórica. Assim para Rosch (1978) falar de protótipos é simplesmente uma conveniente ficção gramatical que realmente se refere a julgamentos de graus de prototipicidade, sobretudo quando não se trata de categorias e objetos artificiais utilizados em laboratório. No caso das línguas naturais, é certamente um grave malentendido falar de certas entidades singulares como protótipos de outras entidades e construções, o que acaba por transformá-los em disfarce de uma teoria das representações mentais. Além disso, a teoria esboçada não se pretende explique processos de aquisição ou formação inicial de categorias, mas somente reflita modos de operar concretos sobre a realidade que dispensam a precisão dos aparatos formais utilizados em sua representação, embora a formação dos protótipos deva estar ligada aos níveis mais elementares de abstração e portanto relacionada proximamente ao período inicial da formação das categorias. Menos ainda tomar os protótipos como sendo

baseados em princípios universais (exceção feita a raros domínios) dada sua dependência cultural. Por fim, uma teoria dos protótipos não se pode considerar uma teoria ou modelo de processamento nem uma forma adequada de representação das categorias, dado que diferentes teorias e modelos de processamento e representação podem servir-se convenientemente da noção de protótipo (cf. SMITH et alii, 1974; SMITH, 1978; PALMER, 1978). Mais precisamente, a noção de protótipos corresponde a fatos de que se deve dar conta em quaisquer dessas teorias de formação, processamento ou representação das categorias: constitui mais propriamente uma restrição a que devem obedecer, e menos especificações a respeito de seus elementos e forma de construção.

e) – Alongamo-nos bastante na alínea anterior, cuja função primeira – a de oferecer um esboço do quadro teórico da psicologia em que se apoia o grupo de Berkeley – não exigiria tal delineamento. É que nos servimos da oportunidade para apresentar ao mesmo tempo um relato do que foi, parcialmente, um de nossos campos de estudo: a teoria da categorização, extremamente relevante para nossos propósitos. Façamos alguns apontamentos mais a respeito da utilização da noção de protótipo no pensamento dos autores que principalmente vimos relatando.

Lakoff a toma como suporte em sua crítica ao ponto de vista objetivista que descreve nossa compreensão da realidade através da linguagem exclusivamente em termos de processos de abstração e de conjuntos inerentes de propriedades dos objetos (LAKOFF; JOHNSON, 1980). Ele relaciona logo a noção ao que chama de propriedades interacionais (p. 12) que são proeminentes na determinação de um suficiente grau de “*family resemblance*” entre objetos prototípicos de uma categoria e sua relação com os outros. Na verdade, pode-se reconhecer a indicação de alguns dos fatores do que Lakoff chama de propriedades interacionais na determinação dos protótipos, **página 27** como as que decorrem de sua dependência cultural e as propriedades funcionais, também o fato

de que as categorias devem considerar-se abertas e indeterminadas e o fato de que os elementos prototípicos e as categorias básicas podem compreender-se a partir de uma percepção gestáltica ou de uma imagem mental reforçam alguns aspectos de seu relativismo experiencialista. Reforça-se, também, um dos aspectos caros de sua contraposição a Chomsky – à existência de princípios linguísticos inatos e universais – que ele empurra ao extremo inverso da não relevância dos processos linguísticos para a experiência e a cognição (LAKOFF, 1977). E em seus trabalhos recentes um grande esforço se dedica à descrição de certas propriedades de construções (como as construções com agente-paciente) que caracterizam sua forma prototípica de aparecimento nas várias línguas naturais. Retomaremos isto em nosso relato do segundo período de seminários dedicado à sintaxe. O mesmo se vai encontrar nos trabalhos de Kay sobre ergatividade.

Em Fillmore, a noção de protótipo aparece vinculada ao processo de estruturação das experiências a que chama “*framing*”. O apelo aos protótipos permite-lhe distinguir sua concepção da dependência da linguagem e de processos perceptivos mais gerais a esquemas estereotipados (*frames*), da ideia de uma compreensão de elementos lexicais ou mesmo da percepção como um procedimento de consulta a uma lista (“*checklist*”) de propriedades criteriosais. Ao contrário, tanto a percepção como o conhecimento do significado das palavras envolve o conhecimento de protótipos; principalmente envolve um repertório de protótipos armazenados na memória e correlacionados entre si, aos quais se associam outros objetos como instanciações no processo de compreensão.

Assim, os trabalhos em psicologia e antropologia que serviram de base à definição das noções de *fuzzy-categories*, de protótipo, de categoria básica são utilizados como forte apoio à crítica e abandono do cognitivismo linguístico de Chomsky, de uma semântica katziana, e mesmo, como subprodutos, da formalização em semântica e sintaxe.

f) – Ainda um último tópico merece nossa atenção neste sub-item: o estudo das pressuposições na perspectiva que formamos com as alíneas anteriores. Não nos será possível nem interessante estender-nos muito neste relatório, pelas razões que expomos adiante (4.); limitamo-nos à formulação de um roteiro de estudo das ideias mais importantes do grupo.

Lakoff e Fillmore, mais insistentemente o primeiro, procuram mostrar que uma série de fatos considerados como do domínio da sintaxe e da semântica não se podem explicar sem uma noção de pressuposição bastante ampla para envolver nosso conhecimento a respeito do que o mundo é ou pode ser, nossas crenças a respeito do mundo enquanto falantes ou ouvintes, o background informativo comum de que participamos com a comunidade. Em outros termos, uma expressão pode ser bem ou mal formada na dependência dessas pressuposições (o que no caso de Lakoff tem suas raízes na concepção página 28 de uma gramática dependente da representação sintática, já dominante em escritos anteriores): noções como de gramaticalidade, boa formação devem considerar-se como relações entre expressões e conjuntos de julgamentos fatuais (conjuntos de pressuposições) dependentes do contexto (LAKOFF, 1969; 1972; FILLMORE, 1971). Lakoff traz a seu apoio, então, dados da análise de Horn (1969) sobre expressões contendo *even* e *only*, como em

(9) Até João fugiu,

(10) Somente João fugiu,

que seriam “agramaticais” ou pelo menos desviantes em algum sentido se para (9) não se esperasse que João não tivesse fugido e para (10) não se esperasse que outros não tivessem fugido. (análises mais completas

de expressões como essas certamente se encontram em Anscombe (1973), em Fraser (1971) por exemplo). Ou recorda o fato de que o uso gramaticalmente adequado de relativos (interrogativos) como “quem” em vez de “o que” supõe uma presunção de que, para os propósitos do diálogo ou segmento de discurso em questão, o falante se refere a pessoas; como em (11)

- (11) Quem está batendo à porta?
(Não é ninguém, só o vento).

vinculada certamente a certos hábitos urbanos, mas que, em certos contextos dependentes da interpretação por parte do falante, das circunstâncias e peculiaridades de sua percepção, pode substituir-se por

- (12) O que está batendo à porta?
(Não é o que; é o João que chega sempre espeloteado da escola).

Refere-se ainda ao fato de que a entoação das expressões é algumas vezes dependente das mesmas formas de pressuposição a respeito de crenças do falante (cf. LAKOFF, 1969: 109-110) e a muitas outras palavras “adverbiais” (como *too*, *instead*) e à construção “A and not B either”, cujo emprego depende de condições contextuais semelhantes às do emprego de *even* (p. 110)., bem como a problemas semelhantes a que se deve fazer frente no tratamento de restrições seletivas e em casos de co-referência (de um modo geral pouco convincentes). (Compare-se a argumentação de G. Lakoff com a trazida por R. LAKOFF (1971)), e vejam-se sólidas críticas em KEMPSON, 1975; WILSON, 1975; BOER; LYCAN, 1976). Na ocasião, ainda operando sobre as bases da semântica gerativa, Lakoff diria que nossa interpretação não traduziria adequadamente suas ideias: a tarefa da gramática deveria ser a de

engendrar as orações associadas a suas respectivas pressuposições; o **página 29** julgamento de “gramaticalidade” seria assim não dependente do contexto ou de crenças do falante, mas dependente de pressuposições que, fazendo parte da descrição das orações, se incluem no âmbito de um modelo de competência. Como isto deixa a questão, na forma em que a colocamos, sem qualquer outra mudança que a de uma mudança de rótulos, não perderemos tempo em discussões. Digamos, somente, que Lakoff principia nesse ponto a tornar indistintos os limites entre sintaxe-semântica e, via sintaxe-semântica, a introduzir pressuposições pragmáticas, o que leva pouco a pouco à absorção de pragmática em semântica (e vice-versa). Se não houvesse argumentos em favor de uma cuidadosa separação metodológicas desses aspectos da linguagem...

Diga-se logo que, no caso de Fillmore, os propósitos (e a pretensão) são distintos: em primeiro lugar porque Fillmore relaciona claramente seu estudo mais claro sobre pressuposições ao estudo de esquemas de casos semânticos para definir situações de discurso (mais tarde estendidas pela noção de *frame* analisada antes); e Fillmore insiste, em uma parte retrospectiva de seu artigo de 1977, que tais esquemas não se propuseram como base de um modelo de gramática completa com o propósito de descrever um nível da organização das orações; em segundo lugar, porque já se coloca claramente no quadro de uma teoria do uso da linguagem. De fato, já em seu artigo sobre os tipos de informação necessários à descrição lexical (FILLMORE, 1969), define pressuposição como sendo o conjunto daquelas condições que devem ser satisfeitas antes que uma expressão possa ser usada “apropriadamente” (para fazer uma asserção, uma interrogação, emitir uma ordem, expressar um sentimento, etc.). Analisando o exemplo

- (13) Por favor, abra a porta,

Fillmore localiza três diferentes tipos de pressuposições: (i) – as que se referem a certas condições de “boa fé” necessárias à comunicação apropriada (o ouvinte deve ser capaz de compreender inglês e o falante deve aceitar nisso; este deve acreditar também que o ouvinte está em condições físicas de atender ao pedido ou à ordem, etc.); (ii) – as que se relacionam com a existência e especificidade dos objetos em jogo (como “a porta”), isto é, com os supostos relativos à possibilidade de identificação desses objetos, seja por meio de índices linguísticos (artigo, demonstrativos), seja por índices da própria situação; (iii) as que podem entender-se como propriedades semânticas dos termos utilizados (como o fato de que a porta deve estar fechada para o apropriado uso de “abrir”). De qualquer modo, essas pressuposições lexicais exigem sempre uma concepção de pressuposição pragmática – sensível ao contexto, embora Fillmore se mantenha apegado ao “teste da negação” que pareceria mais relacionado a critérios lógicos de uma semântica baseada em condições de verdade (compare-se com KIPARSKY; KIPARSKY, 1970; para uma crítica dessa *página 30* concepção vejam-se, entre outros, GARNER, 1971; KEMPSON, 1975). E como Fillmore mantém a concepção de níveis de organização gramatical, a pragmática começa a introduzir-se nesses níveis via semântica: as pressuposições fazem parte do sentido das expressões. E na noção de pressuposição, a que se dá uma certa vaguidade e correspondentemente muito ampla extensão, certamente se misturam outras relações que poderiam tratar-se ora como verdadeiras implicações (cf. KEMPSON, 1975), ora como condições de atos de fala (cf. GARNER, 1971), ou mesmo como implicaturas. Não se trata porém em Fillmore de confusão ou incoerência, na medida em que, diferentemente de Lakoff, ele analisa seus exemplos em um quadro teórico em que tais distinções são menos relevantes, numa estrutura em que constrói seus próprios mecanismos explicativos (A propósito de Lakoff, note-se por exemplo sua definição de pressuposição, embora muito informalmente, como uma espécie de “implicação lógica dependente do contexto”, o

que revela um propósito de não voltar-se para a linguagem em outros de seus aspectos e com outros instrumentos de análise, mas de estender ao limite da nebulosa noções bem definidas em outros quadros teóricos a fim de obter uma paisagem global de seus processos. Cf. LAKOFF, 1975, e crítica em GAZDAR, 1979).

Como observamos acima, a noção de pressuposição em Fillmore se liga naturalmente a sua noção de *frame*. Já na proposta de análise dos verbos de julgamento (1971) a pressuposição compõe a descrição de uma situação mais complexa do que as que se colocam em perspectiva nas orações com esses verbos. Veja-se, como exemplo, a descrição de *criticize* (que traduzo):

- (14) *criticar* (juiz, acusado, situação):
 sentido: DIZER (juiz, U, destinatário)
 pressuposição₁: RESPONSÁVEL (acusado, situação)
 pressuposição₂: ATUAL (situação);

nela, aparecem certas funções específicas que são instâncias de funções mais abstratas dos “case frames” (agente, beneficiário, alvo, ec.); mas a inteira “cena” da situação corresponde a um frame mais complexo em que os elementos se situam em relação a outros em diferentes funções (assim o acusado, destinatário da crítica, é agente do nódulo do frame representado pelo que, nesse caso, Fillmore descreve como a pressuposição). Tomar a situação em uma dada perspectiva, em vidade das restrições encontradas a nível dos recursos sintáticos expressivos (veja-se acima, p. 7), não significa excluir da interpretação o recurso a essas descrições mais complexas, necessariamente associadas ao sentido (digamos) literal da expressão utilizada, que funcionam seja como base da interpretação seja como recurso a um certo tipo de inferência (em sentido não estrito): página 32

- (15) Castro criticou Kennedy pela invasão da Baía dos Porcos.

(Kennedy invadiu Cuba? / Não. Mas autorizou e auxiliou os exilados a invadir)

- (16) João colou em todas as provas.
(E você o está criticando por isso?)

Note-se que, nesse sistema, o que vem chamado de pressuposição tem mais do que o caráter do mero instrumento interpretativo. Isto facilita entender um problema, discutido já, entre outros, por Karttunen (1974), Stalnaker (1977), Kuroda (1977), Gazdar (1979) e que põe em jogo princípios analógicos a que Schiebe (1975, 1979) chama “*principles of expectancy*”, e Dinsmore (1981) “*anticipation leakage from world to world*”. Trata-se do fato de que, muitas vezes, o que se considera como informação previamente dada por certa entre as condições de uma expressão – suas pressuposições no sentido amplo deste contexto – se introduz como conteúdo informativo (na situação em que o falante sabe que o ouvinte não sabe que...). Assim pode usar-se

- (17) Meu carro quebrou.

- (18) O presidente do Brasil chega amanhã à convenção.

sem provocar nenhuma questão derivada da ausência de expectativa como

- (19) Mas você tem um carro?

- (20) Mas o Brasil em presidente?

Se as pessoas se relacionam a *frames* complexos em que “países têm presidentes” e “pessoas têm carros” na cultura dos interlocutores, mesmo que o ouvinte jamais tenha sabido que o falante possua um carro ou qual o regime político-administrativo do Brasil. Comparem-se

(21) O ditador do Paraguai, uma republiqueta latino-americana...

(22) O papa do Brasil...;

ditas entre os participantes das reuniões políticas festivas na praça de entrada da universidade de Berkeley exigiriam mecanismos bem diversos de interpretação; (21) seria facilmente, e diretamente, associada a *frame* bem estabelecido sem exigir maiores explicações mesmo de quem tenha muito mal ouvido falar do Paraguai; já (22), fosse qual fosse a sequência sem aposições identificadoras, exigiria provavelmente, além de uma análise das pressuposições, mecanismos inferenciais que se servissem de princípios conversacionais para associar “papa do Brasil” a um sentido razoável.

Nessa perspectiva, a noção de pressuposição em Fillmore parece coerentemente ajustada ao quadro teórico que vem desenvolvendo. Na medida em que se postula a necessidade desses frames de referência como mediadores entre as expressões e página 33 seu domínio de interpretação, representando esses frames uma parte substancial do que se entende por “contexto”, uma noção pragmática de pressuposição encontra um quadro natural de explicação. De um certo modo, como vimos na análise dos exemplos anteriores, essa noção (na prática) sobrepassa os limites da própria definição oferecida por Fillmore, em virtude do fato de se confundirem num mesmo processo as chamadas pressuposições, certas formas de extrair informações que não necessariamente caem sob a efetiva asserção expressa, certas formas de inferência dependentes do contexto.

Na perspectiva aberta para a explicação das pressuposições, pelo grupo de Berkeley, a noção de *frame* (ou correlacionadas, como “esquema cognitivo”, “espaço mental” ou “espaço cognitivo”, “*script*”, etc.) tem um papel relevante. Como uma análise mais acurada dos procedimentos utilizados com base nessas noções é justamente o tema de um dos

estudos que fazemos no momento, deixemos somente indicados os textos de, por exemplo, Fauconnier (1979), Dinsmore (1979, 1980, 1981), Jackendoff (1975), para uma primeira aproximação.

2.2 Período de primavera – sintaxe (carga horária semelhante à do período anterior).

Além dos professores que orientaram os seminários do período anterior, as exposições e discussões contaram ainda com a participação de Ross e Akmajian. Nesse período, os seminários se dividiram em temas: (i) “Formulaicity and productivity” – direção de Fillmore; (ii) “Prototypes in Syntax” – Ross; (iii) “The English Auxiliary reexamination” – Lakoff; (iv) “Clause typology” – Fillmore; (v) “Ergativity and subjecthood” – Kay; (vi) “Gestalts and functional assemblies” – Lakoff; (vii) “The core of English” – Lakoff e Ross. Não vamos descrever aqui cada uma dessas sessões. Apontaremos somente alguns pontos correlacionados com os que trouxemos na descrição sumária do período anterior destinado à semântica e pragmática. E isso por duas razões. A primeira é que nossas preocupações no estágio que fazemos se dirigiram mais aos problemas semânticos e pragmáticos, como indicamos no projeto à FAPESP. A segunda, na verdade mais decisiva, é que a reflexão mais ou menos assistemática a que o grupo de Berkeley se dedica não amadureceu suficientemente para possibilitar-lhes tirar conclusões claras a respeito das consequências de sua posição para a teoria da sintaxe. Na verdade nos parece que caminham meio à deriva e provavelmente na direção equivocada. Digamos que em semântico-pragmática possuem um programa, embora sem formular claramente os problemas e questões que dele decorrem. Em sintaxe possuem, quando muito, alguns temas. Deixaremos o tema geral – a sintaxe é determinada pela **página 34** semântica e, mais ainda, pela pragmática – para uma discussão final; começaremos por alguns temas singulares.

a) – Entre as expressões utilizadas correntemente em situações efetivas de discurso, um certo número (grande? realmente significativo?)

é constituído pelo que se chama “fórmulas”, ou se poderia chamar “idiotismos” ou ainda “expressões feitas” que a sabedoria da intuição tradicional contrapunha às construções analisáveis. Em inglês, por exemplo, “*the bigger the better*” ou “*the bigger you are ...*”, “*knife and fork*”, etc. ou em português “*maior, melhor*” “*o grande ele é, tão bobo me parece*”, “*jantar a faca e garfo*”, “*juntar alhos e bugalhos*”, “*fazer truques e triques*”, ou mesmo expressões mais longas como “*pelas barbas do profeta*”, “*você me tira do sério*”, etc. Em geral, as fórmulas em sentido mais estrito, se caracterizam por exibirem uma forma sintática peculiar (não correspondente ao resultado de mecanismos produtivos que relacionam distribucionalmente tipos determinados de morfemas e palavras segundo regras determinadas) associada a funções semânticas limitadas a contextos restritos, pelo fato de que sua interpretação deve fazer-se diretamente como uma expressão não analisável, portanto por procedimentos não incorporados a uma semântica componencial ou que se baseie no princípio composicional de que o sentido da expressão é função do sentido de suas partes; por ser o seu uso dependente de uma situação muito específica (Fillmore, exposição). Mas além dessas “fórmulas”, existem muitas outras peculiaridades de expressões das línguas naturais em que uma análise faz perder propriedades semânticas e sintáticas (por exemplo distribucionais) que possuem enquanto “compostos”. Por exemplo, aquilo a que os linguistas ingleses chamam “*collocations*” em que, dando-se mesmo o sentido e as propriedades gramaticais e as regras sintáticas de composição, resta sempre algo de imprevisível a respeito do resultado derivacional (cf. MITCHELL, 1971; BOLINGER, 1976). Bolinger se refere a um processo, pouco claro, pelo qual essas expressões vão perdendo o seu sentido composicional e especializando-se; adquirindo um estatuto quasi-lexical, nos contextos em que se especializam:

(23)

- a) Don't be so out of patience!
- b) ? Don't be so out of money!

(24)

- a) Take it easy!
- b) I take it easy; he takes it easy, ...
- c) They took it easy, we're taking it easy...
- d) If they go easy, everything will be OK.
- e) ? If he goes easy, everything will be OK.
- f) ??? I'm going easy from here on.

(25)

- a) ... E estando assim justos e contratados...
- b) ??? Meus dois vizinhos têm justas algumas combinações...

página 35

(26)

- a) Não me tire do sério.
- b) ? Não me tire do alegre.
- c) ?? Não me tire do paciente.

Essa “especialização” determina certas combinações privilegiadas (pode-se dizer, por exemplo, que um pedreiro trabalha com pedra e cimento; o artista trabalha em pedra, em bronze, em madeira; ambos realizam um bom trabalho; mas o pedreiro constrói uma casa ou um muro e o artista produz uma escultura). Certos tipos de restrição seletiva (as “*colligations*” de MITCHELL, 1971) distinta para verbos quase sinônimos (pode-se dizer que se conhece ou se sabe o nome de uma criança, que conhecemos um seu amigo e que ambos estão juntos; ou que se vê e enxerga alguém entrando no cinema e que vemos ou enxergamos o cartaz embora com diferente sentido de quando dizemos que vemos ou olhamos o cartaz; então olhamos para alguém e dizemos que já vimos o filme); outras restrições que fixam o uso de partículas átonas, mais suscetíveis de formar com um termo uma unidade de significação

restritamente contextualizada, como as preposições (lembrem-se as construções idiomáticas do inglês, como “*look for*”, “*go on*”, “*get up*”, “*blow up*”, etc. ou mesmo em português “*querido dos amigos*” – “ ? *respeitado dos professores*”, “*morreu de rir*”, “*cansou de esperar*” – “ ? *caiu de correr*”, “ ?? *saiu de enjoar*” – etc.). Lembrem-se ainda os chamados “clichês”, alguns dos quais são de tal modo amalgamados que já não se pode pensar em uma análise nem em processos complexos de interpretação da metáfora em sua compreensão (*raio de esperança*, *verão inclemente*, *afiado como uma navalha*, *bafo de onça*, etc.). (Vejam-se outros exemplos e classificações desses exemplos em MAKKAI, 1972; MAKKAI; MAKKAI (Org.), 1975; TWADELL, 1972; LADEFOGED, 1972; FRASER, 1970; NAGLER, 1967; BECKER, 1975; NORMAN, 1976; BOLINGER, 1976; KIPARSKY, 1976).

A que viriam esses e outros fatos semelhantes? Em geral aparecem eles associados nessa bibliografia e nas discussões dos seminários a uma certa tendência em psicologia (trabalhos em “semantic memory” (cf. FLAVELL; WELLMAN, 1976; MILLER, JOHNSON-LAIRD, 1976; GLASS; HOLYOAK, 1975; para uma ideia geral)) ou em projetos de inteligência artificial (SHANK; ABELSON, 1976) que põem maior ênfase na capacidade humana de armazenar informações em determinados esquemas cognitivos ou mesmo arcabouços semi-estruturados na memória. A atividade linguística consistiria, assim, mais em servir-se desses guardados, seja pela direta associação de uma situação percebida a esquemas cognitivos, seja pelo preenchimento dos espaços vazios (“*gap-filling*”) em estruturas pré-fabricadas, sujeitas a uma adaptação (“*phrase adaptation*”) contextual. O papel criativo fica reduzido a uma escolha de perspectiva, isto é, os processos produtivos teriam um papel secundário na adaptação de velhas frases feitas a novas situações (cf. particularmente BECKER; NORMAN citados acima; também LANGACKER, 1979, **página 36** 1980). A primeira contribuição desses dados, pois, seria (na opinião desses autores e mesmo do grupo de Berkeley) uma “profunda”

revisão das tarefas da linguística, de seu objeto, consequência da mudança de ponto de vista; o viés para essa revisão seria o clichê, a estereotipia, o pré-fabricado, o “*prepackaged*”. Vale a pena, aqui, trazer entre aspas; “o domínio da linguística é o conhecimento linguístico convencional. Assume-se que esse conhecimento toma a forma de unidades convencionais, onde unidade se define como um complexo estrutural que tenha obtido um estatuto de unidade. Um complexo se diz ter alcançado esse estatuto quando tenha sido dominado pelo falante ao ponto em que este possa facilmente manipulá-lo como um todo sem atentar especificamente para suas partes internas ou para as relações entre essas partes. A unidade se torna “*prepackaged*” constituindo uma rotina estabelecida que não mais exigiria esforço construtivo para sua formação e uso. Em certo sentido, pois, a unidade é psicologicamente simples, apesar de sua possível complexidade”. (LANGACKER, 1980). Ou então: “Eu suspeito que nós falamos sobretudo cosendo peças de um texto que ouvimos antes”. Por isso “pomos em foco” (em vez do aspecto construtivo) “o aspecto da linguagem em que os discursos se formam por repetição, modificação e concatenação de frases previamente conhecidas”... ou por “apropriadas combinações de fórmulas, clichês, idiotismos, alusões e “slogans”, assim por diante (BECKER, 1975). Nós nos temos contido para não fazer, neste primeiro relatório, nossa crítica pessoal; deixemos como estão essas citações lembrando somente como se distanciam da posição que assumimos na introdução apesar de se servirem dos mesmos fatos. (É que os propósitos com que se delimita o objeto da prática científica, quando não queiramos, traz sempre o ranço de nossa ideologia.)

a) – O alvo dessa revisão radical é certamente o que chamam “reducionismo” chomskiano e “reducionismo” formalista. Teorias baseadas em processos construtivos (seja uma sintaxe recursiva na concepção de Chomsky, seja uma semântica recursiva na perspectiva de Frege) deixariam à margem o fato decisivo (na opinião dos autores

apresentados) de que tais expressões não são suscetíveis de uma análise, se se quer dar conta do seu uso efetivo e do comportamento dos usuários. Pelo menos, dir-se-ia, devem prever-se dois diferentes processos: um em que as palavras e frases se estocassem na memória diretamente associadas a esquemas não linguísticos (cognitivos, perceptivos) de modo a estarem disponíveis para as situações estereotipadas que são a origem desses esquemas; outro, menos importante, que associasse elementos (morfemas, palavras, e mesmo “complexos estruturais”) a regras de construção (provavelmente para situações excepcionais ou para o processo de ajustamento e adaptação). Sempre, a memória teria o papel fundamental nesse processamento; como diria Bolinger (recordando **página 37** Santo Agostinho), a mente humana é menos admirável por sua criatividade do que pelo fato de que pode lembrar-se de tudo. Mas o alvo não se reduz à gramática na sua forma gerativa e transformacional (com o que ela tem para favorecer tais críticas – os princípios universais inatos constituídos de restrições sintáticas à forma da gramática, a noção de “órgão” autônomo da linguagem, sua pretensão a uma sintaxe lógica, inteiramente especificada, o pressuposto de regularidade e perfeição formal das línguas naturais; engloba na mesma condenação toda tentativa de construção de um modelo formal, representativo da linguagem, que pressuponha processos de formação e transformação (derivação). Se a linguagem é uma estrutura, certamente é uma “*jerry-built structure*” (Bolinger), muito longe do sistema saussuriano em que “*tout se tient*”, pelo que não há como imaginá-la reduzida à perfeição das estruturas lógico-matemáticas. O uso de modelos derivacionais (sintáticos ou semânticos) reproduz a atividade reflexiva do cientista e não o uso efetivo das línguas naturais; tais modelos seriam incorretos por princípio (“*ultimately self-defeating*” – Becker) como representações e explicações dos processos envolvidos na produção e compreensão da linguagem. E não se pode, no caso, lembrar a favor de Chomsky que seu modelo jamais se propôs como representação desses processos (como um modelo da

“performance”) na medida em que, para o pensamento aqui estudado, a criatividade é um aspecto secundário, e a “competence” uma ficção. Rejeitam-se por irrelevantes para a teoria da linguagem noções intuitivas que lhe servem de base; como veremos na próxima alínea, rejeitam-se as categorias que suportam a base de seu modelo; rejeita-se, enfim, o instrumento lógico-formal de representação.

Dois pontos, ainda, nessa série de rejeições do que apreciam chamar “the scientific Establishment” – estruturalista clássico ou gerativo-transformacional. O penúltimo, uma mudança radical na consideração do meta-critério da economia. Já não se trata de defini-lo formalmente, mas a partir de um certo “custo” psicológico relativo (em certos aspectos comparável à noção de custo em fonologia natural). Em outros termos, os processos devem ser descritos na forma em que representam uma minimização de esforços nas atividades cognitivas humanas (compare-se, por exemplo, com o princípio de economia de ROSCH, 1978). Para que inventar regras de composição e de construção quando é mais simples (mais econômico, nesse sentido) dar conta dos processos de produção e compreensão da linguagem por meio de respostas comunicativas e linguísticas autônomas, numa unidade simbólica, e em direta relação com esquemas contextuais, sem qualquer necessária relação sistemática com a sintaxe (cf. TWADELL, 1972)? E o último, com a recusa do mentalismo, uma volta à segurança do “observável”. As expressões estudadas são expressões reais das quais se deve dar conta em uma teoria da linguagem. Elas teriam portanto “uma grande vantagem sobre regras de reescritura, transformações e outras quimeras” exatamente **página 38** porque são reais e observáveis.

(Uma nota: nem todos compartilham dessas posições extremas e certamente alguns discutem os fatos de modo mais inteligente. Fillmore, por exemplo).

b) – Um modelo de descrição gramatical que se baseasse numa partição estrita das unidades em categorias universalmente definidas e pressupondo completa especificação, e que mais pretendesse obter a

partir da distribuição dessas categorias umas em relação às outras as relações fundamentais para a interpretação semântica, encontraria sérios problemas com os fatos de indeterminação, tais como se viram em 2.1.d, acima. As categorias sintáticas, gramaticais, como nome, verbo, adjetivo etc. e mesmo certas funções categoriais da tradição em análise sintática, como sujeito, objeto, etc. não parecem distinguir-se das categorias semânticas em que se caracterizam pela mesma indeterminação – como “*fuzzy-categories*” – e se organizariam também em termos de protótipos. Lakoff talvez tenha sido o primeiro a insistir nesses traços do processo de categorização gramatical (além do artigo comentado em 2.1.a, p. 9, cf. LAKOFF 1973a; 1973b), ao lado de Ross (1972, 1973a, 1973b, 1974, manuscrito sem data). A discussão mesmo desses artigos, para não ir a outros títulos de uma bibliografia que se acumula, exigiria uma cuidadosa análise dos exemplos e processos sutis (sic) de argumentação. Sobretudo em Ross, dado que opera com um critério muito pessoal de “aceitabilidade” o que torna não somente as categorias “uma questão de grau” mas também a validade de seus argumentos. (Ross, por sinal, sempre se serviu dessa dúbia marcação de asteriscos e interrogações em favor de suas hipóteses, do que é exemplo claríssimo seu artigo sobre a hipótese performativa (1970), como observam Anderson (1971) e Fraser (1971).) Indiquemos pois somente algumas das teses desses artigos, tomando Ross como interlocutor.

Em seu artigo de 1972, Ross procura mostrar que o ponto de vista tradicional, entendido este termo sobretudo para uma tradição americana bem próxima, de que as categorias do nome, verbo, adjetivo determinam classes disjuntas e não relacionadas de palavras, está equivocado e contrário ao efetivo uso da linguagem. Elas se representariam melhor na forma de um “*squish*” linear em que ocupariam posições em uma hierarquia contínua, com faixas de indeterminação. Mais ou menos como em (27):

- (27) verbo > participípio presente > participípio passado > adjetivo > construção preposicionada > nome adjetivado > nome

Assim, adjetivos se situam entre os verbos e os nomes com respeito a um certo número de propriedades sintáticas que se definem como mais claramente caracterizando os verbos, menos os adjetivos, e nada os nomes. página 39

Essa indeterminação de limites entre as categorias e funções gramaticais certamente não é nova. Remonta pelo menos à gramática medieval e foi um dos temas mais fecundos no período da gramática comparatista (cf., por exemplo, VENDRYÈS, 1923); esteve também na base da concepção “gestaltista” da gramática que formulou o “filósofo” e “psicólogo” do funcionalismo estruturalista (particularmente para as versões francesa e inglesa) – Karl Bühler (1934). O que é novo é o procedimento argumentativo apreendido da escola linguística do MIT, a noção de propriedades sintáticas e os critérios de análise. Sigamos alguns dos 24 passos na argumentação de Ross em “Nouniness” (1973a), a título de exemplificação. Ele pretende mostrar que a mesma indeterminação se descobre no interior de uma mesma categoria (a do nome) entendida não como determinando uma classe de palavras, mas uma classe de expressões. Toma como domínio as expressões que funcionam como complemento direto do verbo, função considerada típica da categoria nominal (como a de sujeito), e as ordena em uma hierarquia segundo sua compatibilidade com diferentes propriedades típicas da oração e típicas do nome. Em suas conclusões, esta é a série ordenada pelo grau de “*nouniness*”, de menos para mais (em inglês):

(28)

<i>That</i> -clauses	(... that Max gave the letters to Frieda)	a
<i>For</i> NP <i>to</i> VP X	(... for Max to have given the letters to Frieda)	b
Embedded questions	(...how willingly Max gave the letters to Frieda)	c
[NP, [+Accus]] <i>V-ing</i> X	(Max giving the letters to Frieda)	d
[NP's (poss)] <i>V-ing</i> X	(Max's giving of the letters to Frieda)	e
Action Nominal	(Max's / the giving of the letters to Frieda)	f
Derived Nominal	(Max's / the gift of the letters to Frieda)	g
Noun	(spatula)	h

E a argumentação (parcial, como propusemos):

(i) - Kiparsky e Kiparsky (1971) observaram que os verbos factivos permitem uma construção em que um pronome demonstrativo (“*it*”) aparece antes da oração-complemento, emitindo a hipótese de que a fonte desse demonstrativo seria o nome “*fact*”. O que seria a indicação de grau de “*nouniness*” é que, a partir de (c), o apagamento de “*fact*” e consequentemente das condições de pronominalização se torna obrigatório, refletindo as restrições gramaticais à sequência de nomes em posição de complemento direto (ou melhor, à sequência de expressões de maior grau de “*nouniness*”); compare-se

(29)

- a) I regret it that you left
- b) I regret it for you to leave
- c) ? I regret it how long you stayed
- d) * I regret it (your) staying so long. ... página 40

(ii) - Somente complementos oracionais, de menor grau de “*nomininess*” podem construir-se com sujeito quantificado

(30)

- a) That many people are willing to leave is surprising
- b) For many people to be willing to leave is surprising
- c) For how long many people are willing to leave is surprising.
- d) ? Many people being willing to leave is surprising
- e) ?? Many people’s being willing to leave is surprising
- f) * Many people’s tickling of Felis Leo was ill advised.
- g) *Many people’s willingness to leave is surprising.

Embora em português não se produzam todas essas formas de “nominalização”, a análise de algumas construções comparáveis não leva aos mesmos resultados.

(31) -

- a) Que muita gente esteja querendo sair é surpreendente.
- b) Muita gente estar querendo sair é surpreendente.
- c) Muita gente querendo sair me parece surpreendente
- d) Muita gente estando a querer sair me preocupa
- e) Essa vontade de sair de muita gente é surpreendente.

(iii) – De modo inverso se comportam essas construções quando correlacionadas a propriedades típicas dos nomes. Ross sugere um princípio para explicar algumas dessas propriedades: quanto mais tipicamente nominal um complemento é, tanto mais tipicamente nominal deve ser seu sujeito. Considerem-se os exemplos:

(32)

- a) * That that you have to go to Kuhkaff is unpleasant is understandable.

- b) ? That for you to have to visit Mildred is unpleasant is understandable
- c) ? That how long you have to stay there is unpleasant is understandable
- d) That you having to sleep with the goat is unpleasant is understandable
- e) That your having to comb your bed-mate is unpleasant is understandable
- f) That your feelings towards Mildred are unpleasant is understandable

(33)

- a) **That you have to go to Kuhkaff’s being unpleasant is understandable.
- b) ** For you to have to visit Mildred’s being is unpleasant is ... *página 41*
- c) * How long you have to stay there’s being unpleasant is ...
- d) * You having to sleep with the goat’s being unpleasant is ...
- e) *? Your having to comb your bed-mate’s being unpleasant is ...
- f) ?? having to comb your bed-mate’s being unpleasant is ...
- g) ?? your combing of your bed-mate’s being unpleasant is...
- h) Your feelings toward Mildred’s being unpleasant is...

Esses fatos mostrariam, no interior do princípio de generalização referido acima, que a possibilidade de usar-se a construção possessiva do inglês está correlacionada ao maior ou menor grau de “*nouniness*” da expressão determinada.

(iv) Um princípio semelhante pode propor-se para os fatos de concordância, em inglês, do verbo com expressões resultantes da conjunção de dois “nominais”. A um maior grau de “*nouniness*” corresponde maior aceitabilidade da concordância no plural.

(34)

- a) * That he lost and that you won are wonderful.
- b) * For him to lose and for you to win are wonderful,
- c) *? Him winning and you losing are wonderful.
- d) ?? His winning and your losing are wonderful
- e) Jack's winning of the bingo tournament and your losing of the hopscotch marathon were unexpected joys.
- f) Senator Phogbottom's nomination and the ensuing rebellion in Belgrade were foreseen by our computer.

Ross se serve destes e outros fatos (nesse artigo sobre “nominais” e nos outros indicados acima) para concluir que um tratamento “discreto” das categorias gramaticais leva a uma distorção sobre a propriedade das línguas naturais de impor-se um gradual e contínuo número de restrições contextuais à inclusão ou não de uma expressão em uma determinada classe. Em outros termos, há alguns “bons exemplos” de membros de uma determinada categoria (como os nomes de pessoas, animais, coisas, para lembrar aqui uma sugestão de LYONS, 1966, 1967) e elementos que coparticipam de algumas propriedades com tais bons exemplos, uns mais outros menos, recordando os processos de categorização discretos mediante a noção de protótipos (Ross, exposição). Ele não avança muito no que diz respeito à forma apropriada de representação desses fatos em uma teoria não-discreta da gramática, salvo pelo uso de matrizes de classificação serial, que já aparecem em trabalhos dos distribucionalistas (cf. GROSS, 1968) ou em Quirk, 1965. Uma possibilidade seria a de manter-se o modelo gerativo e transformacional de Chomsky, associando-se aos núdulos categoriais índices de probabilidade (representados pelos

números reais entre 1 e 0) da pertinência de uma expressão à categoria. Assim, por exemplo, os nomes considerados prototípicos (em (g) na escala de (28)) se **página 42** representariam por um par (N,1) e as orações da forma “that S” por (S,1) onde N e S são matrizes de traços categoriais. As expressões intermediárias na série entre N e S se representariam com índices de aproximação a cada uma dessas categorias prototípicas. Parecem pouco claros os efeitos desse modelo para o quadro geral da gramática gerativa (vejam-se alguns tópicos em ROSS, 1973a) e certamente não parece adequado ao tratamento de variações contextuais (intra-linguísticas). (Compare-se o procedimento com o adotado por SMITH et alii, 1974).

De um modo geral, porém, têm-se usado tais fatos de indeterminação na mesma linha de oposição ao modelo chomskiano. Uma primeira afirmação, a de que tal indeterminação sintática aponta firmememnte para uma gramática semanticamente ou pragmaticamente baseada, não merecerá aqui maiores considerações. Bastaria lembrar que a indeterrminação das categorias se mostrou inicialmente no estudo de estruturas semânticas (como já vimos antes). Vale a pena somente referir ainda o problema relacionado à diferente caracterização de universais a que levaram essas pesquisas.

c) – Alguns autores (por exemplo, KEENAN; COMRIE, 1972; PERLMUTTER; POSTAL, 1974; 1977; KEENAN, 1972; LAKOFF, 1977, etc.) tem procurado caracterizar certas noções fundamentais na teoria linguística, tais como “sujeito”, “agente”, e construções como “passiva”, “ergativa”, “relativa”, etc. não já em termos de definições criteriosais, mas a partir de um inventário de propriedades características que se ordenam em hierarquias (como nas “*squish-grammars*” sugeridas por Ross). A consequência dessa ordenação é a de que permite definir um certo núcleo prototípico de propriedades (as de mais elevado nível na hierarquia) que se distribuem universalmente: uma língua natural em que uma propriedade se constata possui também todas as demais ordenadas

em níveis mais elevados de tipicidade (compare-se o procedimento com o adotado por Berlin e Kay, no caso das cores, p. 20 deste relatório). Assim, sempre a título de exemplo, Keenan e Comrie (1972) estabeleceram sobre o estudo de diferentes línguas naturais uma “*accessibility hierarchy*” (35) de funções gramaticais que representam a ordem em que se podem constituir sintagmas nominais tendo como modificadora uma oração relativa: os nomes nos mais elevados níveis funcionais da hierarquia são mais facilmente construídos com relativas do que os de mais baixo nível. Assim, algumas das línguas estudadas possuem recursos ou estratégias para a formação de construções de relativas exclusivamente quando o núcleo nominal é sujeito; outras, quando esse núcleo funciona como sujeito ou objeto direto; outras, quando o núcleo nominal assume uma das três funções mais elevadas da hierarquia, e assim por diante.

- (35) sujeito > objeto direto > objeto indireto > casos oblíquos > adjunto adnominal > complemento nominal.

Um outro exemplo. Keenan observa que um princípio como o da “*accessibility hierarchy*” **página 43** exigiria uma noção clara dessas funções (como a de sujeito), tendo em vista que, se tais noções se definem por diferentes critérios nas diferentes linguagens, elas não podem servir a qualquer caracterização universal de propriedades gramaticais ou pelo menos se tornaria inviável sua verificação (já que um contra-exemplo poderia ser simplesmente evitado pela afirmação de que o sintagma nominal considerado “sujeito” (ou “objeto”,...) e que não se comporta conforme a hierarquia proposta não é “sujeito” na realidade (ou não é “objeto”, ...). O mesmo se diga de outros princípios como o de “sucessão funcional” (PERLMUTTER; POSTAL, 1974), de caracterização universal da passiva (PERLMUTTER; POSTAL, 1977), de relativização, do “*accessibility hierarchy principle*” das transformações que movem sintagmas nominais para posições superiores na oração (“*advancement continuity principle*”; JOHNSON, 1974; TRITHART, 1975;

KEENAN, 1975), de suscetibilidade dos nominais à função de agente (SILVERSTEIN, 1976), etc.. Keenan analisa então em diferentes línguas naturais uma série de propriedades sintáticas e semânticas dos sujeitos das chamadas orações básicas (cf. KEENAN, 1972), que ele classifica em propriedades de “codificação”, de “comportamento e controle”, e propriedades semânticas. Entre as primeiras, considerem-se por exemplo as relativas à posição de sujeito em determinadas ordens básicas, à marcação mediante casos morfológicos, à concordância verbal; entre as segundas, o controle da reflexivização, a possibilidade de apagamento por EQUI, a incidência sobre o destinatário das construções no imperativo, a primazia como escopo de certas transformações de movimento, etc.; entre as últimas, a representação do agente nos processos ativos, a existência autônoma do objeto referido em relação ao processo descrito pelo verbo, o controle das restrições seletivas, etc.. E sugere uma caracterização universal do sujeito que se conforme à seguinte hierarquia (*“promotion to subject hierarchy”*):

- (36) “coding properties” [position > case making > verb agreement]
> behavior and control properties > semantic properties.

Note-se que o procedimento evita definir uma noção exclusivamente por seus aspectos sintáticos ou semânticos ou pragmáticos, procurando caracterizá-la ao contrário pela interrelação das propriedades desses diferentes componentes gramaticais. Voltemos a uma das exposições e discussões do seminário interdisciplinar, sobre o texto de Kay (1977). Procura ele tratar um problema clássico da sintaxe sob a luz de esquemas semânticos e das funções que os termos representam nesses esquemas prototípicos. Por outro lado, os dados sintáticos são considerados como elementos de suporte empírico para a formulação semântica. Sem descrever aqui as distinções que se fazem tradicionalmente entre “ergatividade” e “transitividade”, línguas ergativas e línguas acusativas (que se podem ver entre outros em LYONS, 1968; COMRIE, 1973;

SILVERSTEIN, 1976; VAN OSTEN, 1977; DIXON, 1979), resumamos as conclusões da análise de Kay. Sua afirmação principal é a de **página 44** que os padrões sintáticos acusativo e ergativo refletem diferentes modos de representar esquemas prototípicos da percepção de eventos na memória semântica. O protótipo acusativo analisa um processo como alguém fazendo algo, ao contrário do protótipo ergativo em que a análise corresponde a algo que acontece para algo ou alguém. No primeiro caso, a ação ou acontecimento se coloca em perspectiva do ponto de vista de um “agente”; o protótipo para a descrição é um esquema de ação, mesmo para os casos marginais em que o acontecimento se distancia das características desse esquema. No caso das línguas ergativas, o processo se entende como incidente sobre um “alvo”, um “paciente”. Parece-lhe, a Kay, que de um modo geral as línguas naturais se servem de um desses esquemas (independentemente de existirem línguas naturais em que ambos os esquemas se utilizam para analisar diferentes classes de eventos). Assim, as línguas na perspectiva acusativa fazem ver todos os eventos (transitivos e intransitivos) como se fossem constituídos de um agente e uma ação, sendo o paciente tratado como “parte da ação”, enquanto as ergativas analisam todos os eventos como constituídos de um paciente e um processo incidente, sendo o agente incluído entre os elementos desse processo incidente. Impõe-se um esquema “bipartido”, seja ou não o evento analisável em esquemas tripartidos ou mesmo mais complexos.

Com base nessa análise semântica, Kay procura explicar certos fatos. As restrições psicológicas e materiais do processamento real e temporal da linguagem é que levam a essa estrutura bipartida que corresponde às relações discursivas de tópico e comentário. Isto permite correlacionar as estratégias limitadas por condições sintáticas, representações de esquemas semânticos, condições contextuais pragmáticas da organização do discurso. Princípios semânticos parecem operar mais fortemente, entre as línguas ergativas, por exemplo, as construções imperativas são as únicas que se esquematizam em termos “acusativos” (cf. DIXON,

1979); uma explicação natural parece decorrer do fato de que as construções imperativas se destinam a levar o destinatário a praticar uma ação pelo que essa ação, construída na perspectiva do destinatário, se analisa em termos de agente / ação, e não em termos de alvo / processo incidente. No mesmo sentido, a hierarquia semântica em termos de “*inherent agentiveness*”, proposta por Silverstein para ordenar os tipos de “*sintagmas nominais*”, deve prevalecer na distribuição das construções ergativas e acusativas (na medida em que nestas se privilegia a noção de agente); tal hierarquia

- (37) - pronome de 1ª. Pessoa > pron. de 2ª. pessoa > pron. de 3ª.
 pessoa > nomes próprios > nomes de pessoas > nomes de
 animais > nomes inanimados

de fato, prevalece. Assim se um sintagma nominal de um determinado tipo é tratado, em uma dada língua, “acusativamente”, todos os sintagmas nominais de maior grau de **página 45** “agentividade” serão tratados no mesmo esquema acusativo; similmente, se um sintagma nominal de um certo grau de “agentividade” é tratado ergativamente, os de nível inferior nessa hierarquia também o serão. Em outros termos, quanto maior a virtualidade para iniciar autonomamente uma ação, mais naturalmente o referente de um sintagma nominal se tratará em um esquema acusativo, isto é, será associado a um esquema semântico-cognitivo no protótipo agente/ação. Comrie (em comunicação pessoal referida por Kay) chama a atenção para um interessante exemplo na língua Chukchee, da Sibéria. Os sintagmas nominais se dividem em dois tipos, conforme a concordância do verbo com o sujeito (manifestada por afixos pronominais e relativa a pessoa, número e “caso”) se ajusta ao sistema acusativo ou ao sistema ergativo. A inflexão acusativa ocorre justamente quando intervém como agente a 1ª. pessoa, ponto mais alto da hierarquia proposta. Dixon (trabalho citado) acrescenta um outro exemplo confirmativo em seu estudo do Dyrbal e do Pidiny, duas

línguas australianas. Existem, nessas línguas, certos nomes especiais que recebem separadas marcas para a função de agente, paciente ou sujeito de verbo intransitivo. Ora, todos os sintagmas nominais de mais elevado grau de agentividade se constroem em orações no esquema acusativo e inversamente os de nível inferior, no esquema ergativo (cf. DIXON para detalhes). Como Kay sugere, os fenômenos sintáticos poderão ser mais bem compreendidos quando se levam em conta as funções semânticas que se explicitam mediante particulares estratégias expressivas e a noção de esquema prototípico pode desempenhar um útil papel nesse processo explanatório.

d) – Este é o ponto de retomarmos indicação feita à página 17 deste relatório sobre as correlações entre sintaxe e semântica que Fillmore sugere a partir da noção de *frame* (presente claramente no artigo de Kay). Em seu recente artigo sobre a gramática de casos (1977), Fillmore manifesta que, presentemente, a noção de “*case-frame*” se destina principalmente a essa função: “lançar uma ponte entre as descrições (semânticas) de uma situação e a representação sintática subjacente” das orações que, como vimos, instauram uma perspectiva determinada em que se há de entender a situação. A estrutura, ou esquema de casos é predominantemente relacional, atribuindo aos objetos – termos funções semântico-sintáticas segundo diferentes perspectivas. A fixação dessas perspectivas se subordina a certas condições, particularmente obedecendo à hierarquia de casos.

Enquanto a nível da descrição lexical essas figuras se especializam em esquemas específicos (cf. p. 30), os *case-frames* são estruturas mais abstratas e as funções muito mais gerais. Atualmente Fillmore oscila entre sua proposta original e uma série de casos combinando-se em diferentes esquemas e uma proposta como a de Halliday (1967) em que vários esquemas específicos (ação, relação, movimento, etc.) se podem utilizar para a descrição das orações. Em qualquer hipótese, os *case-frames* representam **página 46** sempre estruturas abstratas exatamente porque devem correlacionar-se à estrutura funcional sintática relativamente fixa

e limitada a um pequeno número de posições. Assim, na hipótese de Fillmore, um conjunto de funções específicas como “juiz”, “falante”, “construto” etc. relativas a verbos de julgamento, “de dizer”, “de fazer”, etc. se reduzem no “*case-frame*” a uma função básica de agente; diferentes meios, causa, instrumento, enfim, diferentes mediadores de uma ação ou processo se representam no “*case-frame*” como “instrumento”, e assim por diante (cf. FILLMORE, 1968, 1971a). Nessa orientação se baseia uma hipótese como a de Kay (descrita na alínea anterior, em que um esquema básico prototípico – agente/ação, ou paciente/processo incidente – serve de base a diferentes tipos de processos, a maior ou menor distância (no sentido de uma teoria de protótipos) desses protótipos (cf. também LAKOFF, 1977).

Embora essa proposta se relacione adequadamente a certos fatos da aquisição da linguagem (NELSON, 1974), parece que a hipótese de Halliday se conforma bem às distinções funcionais da linguagem do adulto em que, não somente com base em uma análise semântica mas com base em inúmeras propriedades sintáticas distintas, vários esquemas de casos (diferentes *frames*) se constituem. Halliday distingue

(38)	i. processos materiais:		<div style="display: inline-block; vertical-align: middle; margin-right: 10px;"> $\left\{ \begin{array}{l} \text{processo, agente,} \\ \text{alvo} \\ \text{processo, agente} \\ \text{processo, alvo} \end{array} \right.$ </div> <div style="display: inline-block; vertical-align: middle;"> <div style="border-left: 1px solid black; padding-left: 10px; margin-left: 5px;"> (transitivo) (transit. / acus.) (transit. / ergat.) </div> </div>
ii.			
processos mentais			
iii.	processos relacionais		<div style="display: inline-block; vertical-align: middle; margin-right: 10px;"> $\left\{ \begin{array}{l} \text{processo, foco, atributo} \\ \text{processo, identificado, identificador} \end{array} \right.$ </div>
iv.			
processos comportamentais			processo, atuante (<i>behave</i>)
v.	processos existenciais		processo, existente
vi.	processos verbais		processo, falante, relato

Sem discutir o apropriado de todas essas distinções, gostaríamos de lembrar somente que elas correspondem a estender a teoria dos casos para dar conta não somente das funções ou casos dos sintagmas nominais, mas também das diferentes diáteses verbais (isto é, as funções dos verbos decorrentes de suas relações específicas com os sintagmas nominais). A relação, obviamente, deve ser estendida e ampliada se se quer descrever com tais esquemas as possíveis “perspectivas” de cada tipo de processo. Devem ainda considerer-se outros casos que podem aparecer em mais de um esquema, como “beneficiário”, “participantes circunstanciais” (tempo, lugar, extensão, causa, finalidade, etc.).

Formulemos somente um exemplo em português para esclarecer como tais esquemas se correlacionam às construções sintáticas (o exemplo é nosso). Considere-se um esquema como o dos processos mentais (cf. entre outros RUWET, 1972), que descreve página 47 situações representadas em orações como

(39)

- a) O velho assustou a criança com sua careta.
- b) A criança assustou(-se) com a careta do velho.
- c) A careta do velho assustou a criança.
- d) A criança assustou(-se).

(40)

- a) O pai lembra a criança de seu dever.
- b) O pai lembra à criança seu dever.
- c) A criança lembrou(-se) de seu dever.
- d) A criança lembrou seu dever.
- e) Lembrou-lhe, à criança, seu dever.

(41)

- a) João me aborrece com tantos pedidos.
- b) Eu me aborreço com tantos pedidos de João.

- c) Aborrecem-me tantos pedidos de João.
 - d) Eu aborreço essa situação.
 - e) Eu aborreci.
- (42)
- a) O velho pregou um susto na criança.
 - b) O pai despertou uma lembrança em mim.
 - c) João só causou aborrecimento em mim.

O esquema de casos semânticos descreveria a situação como um sistema de relações determinando várias funções nominais – o “experiencer” (Fillmore) o “instrumento” ou “causa”, o “agente” (respectivamente “criança”, “careta”, “velho” em (39); “criança”, “dever”, “pai” em (40); “eu”, “pedidos”, “João” em (41)). As diferentes construções instauram diferentes perspectivas, baseadas na escolha que se faz da função semântica que se associa às funções sintáticas de sujeito ou objeto principalmente. Como observa Fillmore, deve-se abandonar sua teoria anterior que supunha a irrelevância dessas funções sintáticas (FILLMORE, 1977). Mas não se deve supor que a escolha seja inteiramente arbitrária porque ela se sujeita ao princípio da hierarquia de casos. Fillmore sugere que

a) - deve haver um princípio universal como o de que, em havendo “agente”, este deve ser colocado em perspectiva, representando o “sujeito” profundo; b) cada língua natural estabeleceria outros princípios de seleção, sobretudo relativos às funções de “alvo”, “causa”, “instrumento”, mas também relativas a “beneficiário” e mesmo “locativo” (em línguas em que se utilizam a voz dativa ou a locativa); c) outros processos de seleção dependeriam especificamente do verbo (*word-specific principles*) como no caso de “*regard*” e “*strike*”, estudados por Chomsky (1965); d) tais princípios de seleção variam com o tempo (cf. JESPERSEN, 1924), como se pode observar pela não atualidade de algumas das construções nos exemplos **página 48** acima (particularmente

(40e) e (41d); d) poderíamos acrescentar que tais princípios também variam de dialeto regional a dialeto. Observemos finalmente que tais esquemas variam quando se substituem os verbos por sinônimos ou expressões equivalentes, como se nota nos exemplos de (42): efetua-se uma transposição analógica de um esquema a outro; no caso, traduz-se um processo mental por meio de relações espaciais ou locativas, tomando-se a “experience” como a locação de um determinado processo. (Exemplos como esses levaram Ruwet, no artigo citado, a substituir “experiencer”, nos verbos de processos mentais, por “locativo” – incorretamente, na nossa opinião).

Esses trabalhos de Fillmore se marcam da mesma característica geral dos do “Grupo de Berkeley” – a de serem ainda bastante especulativos e programáticos, baseados em análises empíricas parciais. Estão ainda por exigir um longo esforço de análise de dados mais numerosos e de elaboração teórica coerente. Mas não deixa de encantar a perspectiva, sobretudo pela unidade que apresenta o pensamento desse autor, sua capacidade de rever revendo-se continuamente, sua prudência em evitar o negativismo de Lakoff ou a pretensão ingênua de um Langacker, principalmente sua fidelidade à intuição.

2.3 Observação final

Demos a esta parte do relatório referente aos seminários interdisciplinares um caráter exclusivamente descritivo. Seria prematuro incluir aqui a crítica desse vasto material o que certamente exigirá uma divisão de temas, muita análise empírica e a revisão de uma certa ingenuidade epistemológica de que esses autores, de modo geral, não se dão conta. Seria importante também recolocar os temas em questão numa perspectiva histórica, em virtude do hábito na comunidade científica americana de operar em um espaço acadêmico limitado a recíprocas citações entre pares de um mesmo paradigma (melhor: tendência) sem recuperar uma longa tradição que certamente reduziria o

ar surpreendido de espanto com que olham suas próprias “inovações” e supostas “revoluções”.

A extensão que demos a este item se justifica: num período inicial de nosso trabalho, havíamos tomado a linguística europeia (Saussure, Hjelmslev, o funcionalismo estruturalista de Praga, Paris e Londres) e Chomsky como interlocutores privilegiados em nossa reflexão. Nesse período de Berkeley fizemos um esforço de alteração nesse diálogo, e os seminários representaram um estímulo especial para nossos estudos. Não precisamos insistir no fato de que a descrição que fizemos ultrapassa de longe os resultados das discussões e exposições. Ela corresponde a um trabalho penoso de seleção bibliográfica, de leitura, resumos, resenhas críticas, seleção e organização dos aspectos fundamentais. *página 49*

3. Outras atividades.

Limitamo-nos a indicar as atividades desenvolvidas, com breve apreciação.

3.1 Seminários interdisciplinares em Ciência Cognitiva

Os seminários em Ciência Cognitiva são uma atividade semanal do grupo de pesquisa formado em Berkeley (como em outras grandes universidades americanas, Harvard, Yale, Stanford, etc.) destinada a trabalho interdisciplinar envolvendo filósofos, psicólogos, linguístas, cientistas da computação particularmente interessados nos projetos de inteligência artificial. Interessam-se de um modo geral pelos processos cognitivos de estruturação do real (o que é a inteligência, como se processam os inventários da memória, quais os procedimentos que orientam a ação humana) e particularmente pela linguagem, como um dos processos mais complexos e único da atividade humana, cuja explicação deve conduzir a uma compreensão melhor de como a mente

funciona. Alguns pontos comuns reúnem esses cientistas, como a recusa das hipóteses chomskianas de tratamento da linguagem e sua concepção ineísta de processos especificamente linguísticos, substituindo-as pelas que supõe um conhecimento pré- e extra-linguístico determinando as estruturas da linguagem, como a hipótese da estruturação do conhecimento em termos de “*schema*” relacional (cf. considerações anteriores da p. 15 e seguintes deste relatório); como a de uma necessidade de tratamento da linguagem de um modo global, isto é, sem manter a distinção metodológica entre sintaxe, semântica e pragmática, a preferência pelos modelos funcionalistas em linguística (Fillmore, Halliday, modelos de dependência); a maior ênfase dada aos processos envolvidos na atividade cognitiva, linguística, sem se ater em demasia ao resultado variável – somente descrito – dessa atividade (pelo menos em princípio), ainda, uma certa crença na possibilidade de simular esses processos em termos de modelos de processamento computacional.

Os seminários se realizam semanalmente, com duração de duas horas, constando de exposições individuais ou em mesa redonda com posterior discussão. Destaquemos a participação nesses seminários, além de docentes de várias universidades e *visiting professors* ou *visiting scholars* do exterior, dos professores Fillmore, Lakoff, Kay, Wilensky, Dreyfus, Zadeh, Rosch, Slobin, Ross, Becker, Talmy, Chafe, Palmer, Brugman.

No período de inverno participamos somente do seminário relativo a representações mentais, em mesa-redonda de que participaram Searle e Wilensky. No período de primavera pudemos acompanhar as exposições e debates sobre “protótipos em linguagem” (apresentação de Ross com sua “*squish theory*”), sobre relativismo linguístico (Becker), sobre aspectos sociolinguísticos na evolução da gramática (marcas de aspecto e tempo) no Tok Pisin (Sankoff), sobre certos procedimentos de ordenação do diálogo (Schegloff).

3.2 Berkeley Cognitive Science Workshop página 50

Vale destacar entre as atividades do grupo de Ciência Cognitiva esse encontro de três dias destinado à discussão das relações entre linguagem e imagens mentais (*language and mental imagery*). As exposições e debates ocuparam horário integral dos dias 8 a 10 de maio. Um dos temas dominantes foi o da organização da gramática bem com o da explicação de certos fenômenos semânticos em termos de esquemas cognitivos ou “espaços mentais”. Pôs-se ênfase no fato de que, ao contrário das chamadas teorias “reducionistas” e atomizantes, parte importante da compreensão da linguagem depende menos de procedimentos de análise e reconstrução (decodificação em termos de propriedades ou construção em termos de elementos mínimos e unidades em vários estratos da linguagem) e mais de certas configurações gestálticas ou imagens globais.

O nome de alguns dos participantes pode dar a medida do interesse desse encontro, das discussões e exposições: Fauconnier (École Pratique de Hautes Études, Paris), Mc Neill (Universidade de Chicago), Becker (Universidade de Michigan), Ross (Massachussets Institute of Technology e Berkeley), Shepard (Universidade de Stanford), Langacker (Universidade da Califórnia, San Diego), Bellugi-Klima (Salt Institute), M. Johnson (University of Illinois), Linder (Universidade da Califórnia, San Diego), Bolinger (professor emérito da Universidade de Harvard), além dos docentes de Berkeley acima referidos. Os temas repetiram trabalhos recentes desses autores que, pelo menos em breves indicações, já referimos na apresentação do pensamento do Grupo de Berkeley. Seria conveniente, porém, referir duas conferências sobre linguagem gestual; uma sobre aspectos gramaticais da American Sign Language (Bellugi-Klima) e outra sobre regularidades e recorrências na linguagem gestual em diferentes situações de diálogo (Mc Neill).

3.3 Colóquios do Departamento de Linguística

Trata-se de encontros semanais (duas horas e meia entre exposições e discussão) a que são convidados docentes, alunos de pós-graduação (doutoramento) e *visiting scholars* ou *research associates* do departamento, para a apresentação de artigo, em geral em primeira versão. Os temas são, pois, extremamente diversificados e de diferente qualidade, mas permitem apreciar as pesquisas que vem sendo desenvolvidas individualmente pelos participantes das atividades do departamento. Algumas das exposições que merecem citação: sobre certos aspectos psicológicos no uso da linguagem ou psicopragmática, para distinguir dos aspectos sociais ou sociopragmática (prof. Dascal, da Universidade de Campinas), sobre certos recursos expressivos do húngaro na explicitação de atos indiretos de fala (Ferenc Kiefer), sobre a função explicativa da noção “espaços mentais” (*worlds*) para as pressuposições (John Dinsmore), sobre a semiologia na Itália com base em uma concepção marxista da linguagem (Patrizia Violi), sobre alguns problemas que traz à gramática relacional a construção da chamada “passiva impessoal” em finlandês (Ja-Ola Östman), sobre a utilização da noção de protótipos em sintaxe (Margarida Salomão, da Universidade de Minas Gerais). página 51

Como no caso dos seminários de Ciência Cognitiva, esses encontros e os debates de que participavam os membros do departamento, particularmente Fillmore, Lakoff, Ross, Talmy, Palmer, Kay, realimentavam as reflexões e estudos que fazíamos tendo por base os seminários interdisciplinares. Em alguns aspectos forneceram melhores indicações para temas relativos à sintaxe das línguas naturais e suas relações com a semântica e a pragmática.

3.4 Acompanhamos, ainda,

parcialmente as exposições do curso do professor Akmajian, sobre sintaxe transformacional. Dado o caráter do curso, destinado a alunos de graduação, e os textos utilizados (já de conhecimento nosso, como o de

Ross sobre as restrições a regras transformacionais, ou mais recentes de Chomsky como “On binding”, “Filters and controls”, “Conferências de Pisa”) tal atividade teve um papel limitado de revisão. Interessavam-nos sobretudo os aspectos relacionados aos princípios universais restritivos que Chomsky supõe estabelecer limites gerais às hipóteses sobre a forma da gramática, a que já nos referimos mais longamente em nosso projeto de pesquisa.

3.5 Conferências

A audiência a várias conferências que se multiplicam no rico ambiente acadêmico de Berkeley teve mais papel de participação no debate entre diferentes perspectivas sob que se abordam hoje uma grande variedade de temas no que diríamos constitui a cultura universitária. Referiria aqui somente três delas que se relacionavam mais diretamente aos temas de nosso projeto. As duas conferências proferidas por Hilary Putnam em “The Howison Lectures in Philosophy” sob o título “The transcendence of reason” em que examinou diferentes teorias da verdade, criticando particularmente o “objetivismo fiscalista” e o “relativismo cultural” (lembrando que Putnam é uma das referências preferidas do Grupo de Berkeley). As conferências de Gazdar sobre o modelo gramatical que elabora (com Pullum), combinando recentes versões da gramática gerativa (particularmente Bresnan) e a elaboração teórica de Montague; as conferências serviram sobretudo para a seleção de textos bibliográficos de interesse para posterior leitura na medida em que interessam muito a quem se preocupa com a teoria da gramática. A conferência de Eleanor Rosch nos colóquios da faculdade de educação que se destacou pela ênfase em uma psicologia qualitativa, indicando uma revisão na linha metodológica dessa autora; de fato certos procedimentos de introspecção na análise de processos cognitivos (referidos ao budismo) se distanciam bastante da posição de quem afirmara que sua teoria era uma teoria estrutural, cujo aspecto principal seria a centralidade

de noções matemáticas inerentes ao processo de “medir” e relacionar **página 52** estatisticamente (cf. ROSCH, 1977)

4. Trabalhos em andamento (Planos de estudo)

Independentemente dos trabalhos mais diretamente vinculados aos três diferentes seminários semanais de que participamos, utilizamos uma grande parcela do tempo diário no estudo sistemático de alguns temas e na formação de documentação para estudos posteriores. Servimo-nos para isso dos recursos e comodidade oferecidos pelas várias bibliotecas universitárias em Berkeley e algumas vezes de Stanford. O desenvolvimento desses temas – pressuposições, atos de fala, teoria da categorização, teorias funcionais da linguagem (seu valor explicativo), relações gramaticais – se encontra em diferentes estágios. No caso dos três primeiros, pudemos já trabalhar uma vasta bibliografia e selecionar alguns problemas e aspectos para a redação de textos que deverão compor nosso relatório final; em virtude disso, não nos estendemos a respeito deles neste relatório, indicando somente o esquema dos textos em preparo e dos problemas que nos parecem relevantes no momento. No caso dos dois últimos, certamente não nos será possível avançar mais que os passos iniciais de uma vasta documentação bibliográfica. As breves indicações abaixo serão suficientes para uma avaliação do interesse dessas pesquisas.

4.1 Pressuposições

a) A noção de pressuposição tem sido tratada sob os mais diferentes métodos, e baseada em muito diferentes quadros teóricos. Pode-se dizer que é hoje uma das noções mais ambíguas e indeterminadas, de que não se pode falar sem precisar o contexto teórico de referência. Duas tendências mais gerais poderiam orientar-nos: a de dar ao termo uma amplíssima abrangência (de um modo geral referindo-o vagamente ao

contexto e às condições pragmáticas do discurso) de que é exemplo o trabalho de Fillmore, Harder e Kock, entre outros (FILLMORE, 1967, 1971; HARDER; KOCK, 1976); no caso destes últimos, chega-se mesmo a apagar distinções já mais claramente estabelecidas como entre pressuposição e subentendido (DUCROT, 1969) ou entre pressuposição e implicatura (GRICE, 1968). Uma outra posição (que preferimos) é a de estabelecer distinções claras entre os diversos fenômenos a que se chama pressuposição, como recomenda Garner (1971).

b) Um meio interessante de se começar a buscar essa maior precisão é rever a história recente dessa noção nos trabalhos de Frege (1892), Strawson (1950, 1952, 1954, 1971), Sellars (1954) na tradição fisisofica e lógica, bem como seu uso pelos linguistas no início da década de 70 (FILLMORE, já citado; KEENAN, 1971, 1972; KIPARSKY; KIPARSKY, 1970; LAKOFF, 1971a,b; LAKOFF, R. 1972; HORN, 1969; CHOMSKY, 1971). **página 53** De um modo geral, ao contrário da tradição lógico-filosófica da noção de pressuposição, em que se privilegia uma caracterização semântica (mesmo em Strawson, para quem, criticando interpretação de Sellars, a noção de pressuposição nada tem a ver com propriedades pragmáticas do discurso), na tradição linguística cada vez mais se impõe uma concepção pragmática (STRAWSON, 1954). Na tradição linguística também predomina uma certa vaguidade, de tal modo que a noção de pressuposição aparece confundindo-se muitas vezes com outras noções, como a de implicação, a de pressuposição semântica ou lógica, condições de felicidade, implicaturas convencionais e não convencionais de Grice, pressuposições lexicais, inferências contextuais, etc.

c) Um dos problemas é justamente de decidir-se entre definir semanticamente ou pragmaticamente a noção de pressuposição. Admitir ambas as formas (STALNAKER, 1972; KARTTUNEN, 1973, KEENAN, 1971); rejeitar a noção semântica de pressuposição argumentando em favor de uma indistinção metodológica entre

semântica e pragmática (Harder e Kock, Lakoff, Fillmore, citados acima); ou, ao contrário, para marcar com precisão a distinção entre esses dois componentes (BOER; LYCAN, 1976; KEMPSON, 1975; WILSON, 1975; GAZDAR, 1979), distinguindo cuidadosamente a noção de pressuposição (e os fatos de pressuposição) das noções de implicação, implicatura ou das condições de uso da linguagem particularmente na produção de determinados atos de fala.

d) Essas diferentes posições e suposições se refletem também em distintos tipos da teoria pressuposicional. Poderíamos falar de teorias composicionais da pressuposição, para referir-nos a trabalhos como os de Langendoen e Savin (1971), Katz (1972), Katz e Langendoen (1976), Karttunen, 1973; Karttunen e Peters, 1979, em que as regras gramaticais se aplicam recursivamente em cada nível da construção de orações encaixadas, na forma usual da gramática gerativa, para derivar as pressuposições de orações complexas como função das pressuposições das orações constituintes. Diferentemente, teorias lógicas da pressuposição reduziriam essa noção a fatos de implicação, tratáveis pelos mecanismos inferenciais de uma lógica bivalente, ou a implicaturas, estas consideradas sob os princípios conversacionais de Grice (Kempson, Boer e Lycan, citados acima). Outras, relacionando a noção de pressuposição às noções de de implicação e implicatura tratariam de estabelecer as condições pelas quais estas “cancelam” os efeitos pressuposicionais de expressões contendo pre-suposições (pressuposições potenciais); tais teorias de cancelamento têm um exemplo melhor nos trabalhos de Gazdar (1979) e Soames (1979). Outras ainda envolvem a tese de que as pressuposições das orações complexas não dependem de nenhum mecanismo puramente gramatical, mas são satisfeitas em **página 54** “mundos” ou determinados contextos, como se pode ver em Morgan (1969, 1973), Karttunen (1974), Prince (1978), Dinsmore (1979a,b, 1980, 1981). Seria ainda muito importante voltar-nos para a tradição europeia, particularmente para as teorias pressuposicionais relacionadas

ao processo argumentativo, como se vê em Ducrot (1969, 1972, 1973a,b) em Zuber (1972) e os trabalhos de Vogt no Brasil (1977). Na verdade, nem sempre essas teorias são incompatíveis e certamente indicam direções para um tratamento sistemático de um conjunto importante de fatos, desde que se principie por um severo trabalho de triagem e distinção dos fatores e consequências que envolvem.

4.2 Atos de fala

a) - Um primeiro tema que nos tem ocupado é relativo à afirmação de Austin (1962) de que as expressões performativas não se podem tratar em uma semântica baseada em condições de verdade; elas não teriam qualquer valor de verdade por descreverem um ato. Não é tão seguro que essa conclusão se pudesse tirar das palavras de Austin (KEMPSON, 1975; STAMPE, 1975), mas fez história. Contrapondo-se a essa posição, vale a pena acompanhar a argumentação de Lemmon (1962), Lewis (1972), Wiggins (1971), Landesman (1972), Kempson e Stampe (citados acima). Na nossa opinião, é claramente mais interessante uma teoria “constatativa” como a que desenvolve Stampe.

b) - No campo das teorias linguísticas, a escola que mais amplamente tratou dos performativos e de aspectos relevantes dessas expressões para o estudo das relações entre semântica, pragmática e sintaxe foi a semântica gerativa. A hipótese performativa (tal como se conhece a hipótese relativa à explicitação das expressões performativas como uma oração dominante a nível da estrutura profunda de toda oração declarativa) foi estudada em várias versões e discutida em R. Lakoff (1968), Boyd e Thorne (1969), Sadock (1969, 1970, 1971, 1974), Ross (1970), Lakoff (1975) e mesmo adotada por Searle (1979) embora com diferentes critérios nos trabalhos de Ross e Lakoff. As tentativas de caracterizar a nível sintático a versão da hipótese performativa vão sendo abandonadas mesmo por esses autores. Uma crítica severa pode encontrar-se em Anderson (1971), Fraser (1971) com argumentos

semelhantes embora independentes; vejam-se ainda Dahl (1972), Matthews (1976), Mittwoch (1977), Gazdar (1979). Uma nova maneira de se considerar a relação entre sintaxe e pragmática, a partir do exame dessas construções performativas se verá em Ross (1975); ele se aproxima aí de uma posição que refere a Fillmore (particularmente, 1971), Lakoff (1969, 1972), R. Lakoff (1972, 1973), que, como vimos exploram sistemas em que se procura tratar conjuntamente dos aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos da linguagem **página 55** (naquilo que Ross, com sua imaginação para títulos e nomes, chama de “pragmantax”, “sempragmantax”).

c) – O problema mais interessante para as relações entre os performativos ou atos de fala e o tratamento sintático das expressões se coloca pelo que Heringer (1972) chamou de “*indirect speech acts*”. Trabalhos como o de Sadock (1970) e Green (1970) procuram servir-se de representações sintáticas profundas para explicar a efetiva força ilocucionária dessas expressões. A esses procedimentos se opõem as dificuldades das restrições transderivacionais exigidas, do extremamente complexo sistema transformacional (muitas vezes servindo-se de regras *ad hoc*) sem na verdade conseguir dar conta da variedade de expressões que se podem utilizar para a produção dos atos indiretos (cf. DAVISON, 1975, revendo aliás, posição anterior, 1973). Gordon e Lakoff (1971), analisando a própria estrutura superficial das expressões, servem-se de postulados que traduzem, para situações específicas, os princípios conversacionais de Grice, mas tentam, também, incorporar esses princípios no quadro de uma teoria da semântica gerativa, fazendo depender deles regras da gramática. Com maior ou menor grau de generalidade na enunciação dos princípios conversacionais, é a teoria de Grice que tem predominado na explicação desses atos (podem-se ver SEARLE, 1975; FORMAN, 1979, e também FRASER, 1975, para o que chama “*hedged performatives*”).

d) – Tratando-se as orações em que a força ilocucionária se explicita por meio de uma expressão performativa como a de mera descrição de um ato (hipótese constativa de Stampe) e os atos indiretos de fala pelo viés dos princípios de Grice, não nos parece que se justifica toda a construção de uma teoria da significação em termos de atos de fala como sugere Searle (1968, 1969).

4.3 Teoria da categorização

No esforço de reformulação ou reelaboração da teoria linguística contemporânea um dos pontos de apoio tem sido sempre uma revisão da noção de categoria. Pode-se acompanhar uma das manifestações desse cuidado na descrição do pensamento do grupo de Berkeley, particularmente a página 13, 18-26, 38-42. Embora os fatos aí descritos não deixem de ser relevantes para a teoria linguística, esses trabalhos deixam a desejar na medida em que ainda estão interessados principalmente (apesar das declarações de princípio em contrário) nos resultados de um processo de categorização (sobretudo a questão dos limites entre diferentes categorias, seu caráter “fuzzy”, a fixação de certos esquemas prototípicos). Parece-nos, assim, importante deslocar por um certo tempo nossa atenção para os resultados relativos à formação das categorias. Indico, aqui, três linhas de leituras **página 56** (e revisão de leituras antigas) que fizemos.

a) – Por um lado, um reestudo da teoria da categorização baseada nos trabalhos de Piaget (particularmente PIAGET, 1923, 1937, 1955, 1959; PIAGET et alii, 1968, BLOOM, 1973; BROWN, 1973; EDWARDS, 1974; com ênfase sobre o injustamente esquecido trabalho de Piaget sobre o desenvolvimento das categorias a partir de esquemas relacionais e funcionais (em PIAGET et alii, 1968)). O que interessa particularmente nesses estudos é o fato de que objetos e categorias de objetos não se identificam e constroem em isolamento mas no interior de diferentes sistemas de relações, em cujos termos o conceito deve definir-se. A dependência de tais esquemas aos processos de interação do sujeito com

seu ambiente, não necessariamente excluído o ambiente social embora não tenha Piaget dado a ênfase necessária a esse aspecto da interação, pode ser vista como uma das fontes de indeterminação categorial e sua correlação a “*frames*” relacionais explicativos. Isso explica talvez que, em outro ambiente cultural, observações semelhantes tenham levado a um relativismo cognitivo e linguístico, como nos trabalhos de Brown(1956) e Bruner, Goodnow e Austin (1956).

b) – Uma outra revisão se fez sobre trabalhos independentes e distintos do de Piaget em muitos aspectos, mas que mantêm com aspectos fundamentais do seu pensamento correlações importantes. Um deles, a teoria da categorização em Cassirer. Para este, as categorias não podem dissolver-se em sua extensão mas definir-se pelas leis de dependência que se constituem em complexos funcionais e relacionais (CASSIRER, 1953; BRANSFORD, 1970). Bransford (1970) baseia justamente em Cassirer sua crítica às hipóteses abstracionistas em formação do conceito para mostrar que a formação das categorias depende de um processamento dinâmico de atribuição de funções aos objetos em diferentes sistemas de relação, chamando já a atenção para processos de analogia que possibilitam a compreensão de uma situação (um evento “análogo” a uma proposição linguística do ponto de vista informativo) pela transposição de objetos de um esquema a outro previamente dominado. Outro importante apoio a esta reflexão se deve buscar no pensamento de Vigotsky (1962), particularmente pela ênfase em caracterizar os esquemas interacionais, que supomos estar na base de todo processo de categorização, como resultado de uma construção prévia inter-subjetiva, de uma interiorização e operacionalização de esquemas culturais e sociais em um processo histórico. Nesta linha deveremos certamente considerar com maior cuidado os trabalhos de Lemos (1978, 1980, 1981), Camaioni, Castro Campos e Lemos (1980), Camaioni (1979), Volterra e outros (1979), Bates Bretherton e outros (1980), Bates e McWhinney (1980), etc., em que, embora não interessados diretamente em teoria da categorização, página 57 poderemos encontrar

os elementos complementares fundamentais à concepção funcional, parcial enquanto unilateralmente voltada para a atividade supostamente ilhada no próprio sujeito.

c) – Mas essas teorias, preocupadas sobretudo com os processos de formação dos conceitos e aquisição da linguagem podem deixar à margem os processos fundamentais de generalização e abstração indispensáveis à compreensão dos sistemas categoriais manifestados pela linguagem. Nesse sentido, tem sido muito útil o estudo dos trabalhos de K. Nelson (1973, 1974, 1976, 1978, 1979), Nelson e Brown (1980), Nelson e outros (1980). Estamos, aliás, convencidos de que essas diferentes abordagens não chegam a constituir teorias “distintas” da linguagem, nem mesmo da aquisição da linguagem; trata-se mais de uma diferente escolha de pontos de vista ou de pontos de observação, complementares na elaboração de uma teoria geral da linguagem.

4.4 Observação final

Esperamos poder levar a texto, até o fim de nossa permanência em Berkeley, pelo menos o primeiro destes três grandes temas que tem ocupado grande parte das horas dedicadas ao estudo individual. De qualquer modo, em todos eles deixaremos inteiramente concluída uma primeira leitura, apontamentos e seleção de aspectos relevantes a nossos propósitos de pesquisa. Temos organizado uma documentação bibliográfica com cópia dos textos mais difíceis de encontrar-se no Brasil. Esse mesmo sistema de documentação vale para o caso dos temas marginais e que se encontram ainda em fase de primeira leitura, relativos à validade explicativa de uma perspectiva funcional e às relações gramaticais.

Mesmo que todo este trabalho não se transforme em artigos ou capítulos do texto final que desejaríamos redigir, penso que nosso trabalho aqui se há de transformar em um excelente apoio às atividades docentes e de orientação de pesquisa em minha universidade.

página 58 **Referências³**

ANDERSON, S. R. **On the linguistic status of the performative/constative distinction.** Mimeo, Indiana Univ. Linguistic Club. 1971.

ANGLIN, J. M. **Word, object and conceptual development.** New York: Norton. 1977.

ANSCOMBRE, J. C. “Même le roi de France est sage”, **Communications**, 20: 1973. p. 40-82.

ATTNEAVE, F. “Transfer of experience with class-schema to identification-learning of patterns and shapes”. **Journal of Exp. Psychology**; 54: 1957. p. 8 1-88.

AUSTIN, J. L. **How to do things with words.** Oxford: Oxford University Press. 1962.

BATES, E. **Language and context:** studies in the acquisition of pragmatics. New York: Academic Press. 1976.

_____. **The emergency of symbols:** cognition and communication in infancy. ed. New York: Academic Press, 1979.

BATES, E.; et alii “Names, gestures and objects” In: NELSON, K. (ed.) – **Children’s language.** New York; Gardner Press. v. IV. 1979.

BATES, E.; MACWHINNEY. “The functionalist approach to acquisition of grammar”. In: OCHS, E.; SCHIEFFELIN, B. (eds.) – **Developmental pragmatics.** New York: Academic Press. 1979.

³ Limitamo-nos a indicar os textos referidos ou indicados como exemplo de tratamento dos diferentes aspectos teóricos e metodológicos que descrevemos no presente relatório. Trata-se sempre de texto lidos, anotados e preparados para leitura mais cuidadosa por ocasião dos trabalhos de redação. Devo agradecer à Fapesp e à Universidade Estadual de Campinas que me permitiram o largo período de tranquilidade em que meu pude dedicar inteiramente ao estudo e à pesquisa desse material. Deixamos de repetir a bibliografia que serviu de base à elaboração do projeto de pesquisa, já arrolada em documento anterior.

_____. "Functionalist approaches to grammar". A sair em GLEITMAN, L.; VANNER, E. (eds.) **Language acquisition: the state of the art**. Cambridge, Cambridge Univ. Press. 1980.

BATTIG, W.F.; MONTAGUE, W.E. "Category norms for verbal items in 56 categories: a replication and extension of the Connecticut category norms". In Journal of Exper. **Psychology Monographies**, 80: 1969. p. 1-46.

BECKER, J. "The phrasal lexicon" In: R. SCHANK e B. NASH WEBBER (Org.) **Theoretical issues in natural language processing**. Bolt Beranch & Newman. 1975.

BERLIN, B. "Speculations on the growth of ethnobotanical nomenclature" In: **Language Soc.**, I: 1972. p. 51-86.

BERLIN, B.; BREEDLOVE, D.E.; RAVEN, P.H. "General principles of classification and nomenclature in folk biology". **American Anthropologist**, 75: 1973. p. 214-242. página 59

BERLIN, B.; KAY, P. **Basic color terms: their universality and evolution**. Berkeley, Cal.: University of California Press. 1969.

BLOOM, L.M. **One word at a time**. Haia: Mouton. 1973.

BOER, S.E.; LYCAN, W.G. **The myth of semantic presupposition**. Mimeo, Indiana University Linguistic Club. 1976.

BOLINGER, D. "Meaning and memory", **Forum Linguisticum**, I,1: 1976. p. 1-14.

BOYD, J.; THORNE, J.P. "The semantics of modal verbs". **Journal of Linguistics**, 5: 1969. p. 10-14.

- BRANSFORD, J.D. **"The problem of conceptual abstraction: implications for theories of learning and memory"**. Manuscrito. Dept. of Psychology, Vanderbilt University, Nashville, Ten. 1970.
- BROWN, R. "How shall a thing be called?". In: **Psycholog. Review**, 65: 14-21. 1956a.
- _____. "Language and categories". Apêndice em BRUNER et alii 1956b.
- _____. **Words and things**. New York: Free Press of Glencoe. 1958.
- _____. **A first language: the early stages**. Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press. 1973
- _____. "Reference; in memorial tribute to Eric Lenneberg" **Cognition**, 4: 1976. p. 25-53.
- _____. "In reply to Peter Schönbach". **Cognition**, 5. 1977.
- BROWN, R.; et alii "Some general principles of biological and non-biological folk classification". **American Ethnologist**, 3: 1976. p.73-85.
- BROWN, R.; LENNEBERG, E. H. "A study in language and cognition". **Journal of Abnorm. Soc. of Psychology**, 41: 1954. p.454-462.
- BRUNER, J. S.; GOODNOW, J. J.; AUSTIN, G.A. **A study of thinking**. New York: Wiley. 1956.
- BÜHLER, K. **Sprachtheorie**. Iena: Gustav Fischer, 1934 [Pela tradução espanhola, Teoria del Lenguaje. Madrid, Revista de Occidente, 1950.
- BURNHAM, R. W. e CLARK, J.R. "A test of hue memory". **Journal of Appl. Psychology**, 39: 1955. p.164-172.
- CASSIRER, E. **Structure and function of Einstein's theory of relativity**. New York: Dover Publications. 1953.

CAMAIONI, L. "Child-adult and child-child conversations; an interactional approach". In: OCHS; SCHIEFFELIN (Org.) – **Developmental pragmatics**. New York: Academic Press. 1979.
página 60

CAMAIONI, L.; CASTRO CAMPOS, M. F. P.; LEMOS, C. de. **On the failure of the interactional paradigm in language acquisition, a re-evaluation**. Mimeo. Dept. of Linguistics, IEL, UNICAMP, Campinas, Brasil. 1980.

CHOMSKY, N. **Aspects of the theory of syntax**. Cambridge, Mass.: MIT Press. 1965.

_____. "Deep structure, surface structure and semantic interpretation". In: STEINBERG, D. D.; JAKOBOVITZ, L. A. (Org.) – **Semantics**. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press. 1971.

CLARK, E. V. "What is in a word? On the child's acquisition of semantics in his first language". In: MOORE, T.E. (Org.) – **Cognitive development and the acquisition of language**. New York: Academic Press. 1973.

COMRIE, B. "The ergative – variations on a theme". **Lingua**, 32: 1973. p. 239-253.

_____. "Causatives and universal grammar". **Transactions of the Philological Society**. 1974.

COLEMAN, L.; KAY, P. **"Prototype semantics"**. Mimeo, Univ. Of California, Berkeley. A sair em Language, 57. 1981.

DAHL, Ö. "Review of Lakoff (1972)". In: **Gothenburg papers in theoretical linguistics**, 10. 1972.

DAVIDSON, D. "Truth and menaning". **Synthese**, 17: 1967. p. 304-323.

DAVISON, A. "Words for things people do with words". In: CORUM, C.; SMITH-STARK, T. C.; WEISER, A. (eds.) – **Papers from the ninth regional meeting of Chicago Linguistic Society**. Chicago: Univ. of Chicago, Dept. of Linguistics. 1973.

_____. "Indirect speech acts and what to do with them". In: COLE, P.; MORGAN, J. (Org.) – **Syntax and Semantics**, v. 3 [Speech acts]: 1975. p. 143-185.

DEVILLIERS, J. "The process of rule learning in child speech: a new look" In: NELSON, K. (Org.), **Children's language**, v. 2. New York: Gardner Press. 1980.

DINSMORE, J. "On the pragmatic theory of presupposition". In: **Proceedings of the eighth WeCol Linguistic Research**. 1979a.

_____. **Pragmatics, formal theory and the analysis of presupposition**. USCD Dissertation. Indiana University Linguistic Club. 1979b.

_____. "Review article of C. K. Oh e D. Dinneen (Org.)", **Syntax and Semantics II: Presupposition**. A sair no Journal of Pragmatics. 1980.

_____. "The inheritance of presupposition". In: **Pragmatics and Beyond**, 1. Amsterdam: John Benjamin B.V. 1981. *página 61*

DIXON, R. M. W. "Ergativity". **Language**: 55.1. 1979.

DOUGHERTY, J. W. D. "Salience and relativity in classification". Amer. **Ethnologist**, 5: 1978. p. 66-80.

DUCROT, O. "Présupposés et sous-entendus". **Langue Française**, 4: 30-43. 1969.

_____. **Dire et ne pas dire**. Paris: Hermann. 1972.

_____. **La preuve et le dire**. Paris: Maison Mame. 1973a.

_____. "Les échelles argumentatives". In: DUCROT (1973a). 1973b

EDWARDS, D. "Sensory-motor intelligence and semantic relations in early child grammar". **Cognition** 2. 1974.

FAUCONNIER, G. **Mental spaces: a discourse- processing approach to natural logic**. Mimeo, Université de Paris VIII. 1979.

FLAWELL, J. H.; WELLMAN, H. M. "Metamemory". In: KAIL, R.V. Jr.; HAGEN, J. W. (Org.) **Perspectives on the development of memory and cognition**. Hillsdale, N.J.: Erlbaum. 1976.

FILLMORE, C.J. – "The case for case". In: BACH, E.; HARMS, R.T. (Org.) – **Universals in linguistic theory**. New York: Holt, Rinehart and Wilson. 1968.

_____. "Types of lexical information". In: KIEFER, F. (Org.) – **Studies in syntax and semantics**. Dordrecht: Reidel. 1969.

_____. "Verbs of judging: an exercise in semantic description". In: C. J. FILLMORE e D.T. LANGENDOEN (Org.) – **Studies in linguistic semantics**. New York: Holt, Rinehart and Winston. 1971.

_____. "Pragmatics and the description of discourse". In: **Berkeley Studies in Syntax and Semantics**, I. Berkeley, Ca.: University of California. 1974.

_____. "Frame semantics and the nature of language". In: HARNAD, E. R.; STEKLIS, H. D.; LANCASTER, J. (Org.) – **Origins and evolution of language and speech** = Annales of the new York Academy of Sciences, v. 280. 1976.

_____. "The case for case reopened". In: COLE, P.; SADOCK, J. M. (Org.) – **Syntax and Semantics**, v. 8, **Grammatical relations**. New York: Academic Press. 1977.

FRASER, B. "Idioms within transformational grammar". **Foundations of Language**, 6: 1970. p. 22-42. página 62

_____. **An examination of performative analysis**. Mimeo. Indiana University Linguistic Club. 1971a.

_____. “An analysis of even in English”. In: FILLMORE, C. J.; LANGENDOEN, D. T. (Org.) – **Studies in linguistic semantics**. New York: Holt, Rinehart and Winston. 1971b.

FREGE, G. “Über Sinn und Bedeutung”. Na versão inglesa de GEACH, P.; BLACK, M. **Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege**. Oxford: Blackwell. 1982.

FRENKEL-BRUSWIK, E. “Intolerance of ambiguity as an emotional and perceptual personality variable”. In: BRUNER, J. S.; KRECH, D. (Org.) – **Perception and personality: a symposium**. Durham, N.C.: Duke Univ. Press. 1949.

FORMAN, D. “The speaker knows best principle”. **Papers from the 10th Regional Meeting of Chicago Linguistic Society**. Chicago: Univ. of Chicago. 1974.

_____. **Common sense and indirect speech acts**. Manuscrito disponível na Univ. da Califórnia, Berkeley. 1979a.

_____. **Informing, reminding and displaying**. Manuscrito disponível na Univ. da Califórnia, Berkeley. 1979b.

GARNER, W. R. **The processing of information and structure**. New York: Wiley. 1974.

_____. “Aspects of a stimulus: features, dimensions and configurations”. In: ROSCH, E.; LLOYD, B. B. (Org.) – **Cognition and categorization**. Hillsdale, NJ: Erlbaum. 1978.

GAZDAR, G. **Pragmatics: implicature, presupposition and logical form**. New York: Academic Press. 1979.

GAZDAR, G.; PULLUM, G. K. “Truth functional connectives in natural language”. In: **Papers from the 12th regional meeting of the Chicago Linguistic Society**. Chicago: Univ. of Chicago. 1976.

GLASS, A. L.; HOLYOAK, K. J. “Alternative conceptions of semantic memory”. **Cognition**, 3: 1975. p. 313-329.

GOFFMAN, L. **Frame analysis: an essay in the organization of experience**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press. 1974.

GORDON, D.; LAKOFF, G. “Conversational Postulates” Reeditado em 1975 em COLE, P.; MORGAN, J. (Org. 1975) – **Syntax and Semantics** v. 3. 1971.

GREEN, G. M. **Whimperatives: schizophrenic speech acts**. Manuscrito. Ann Arbor, Michigan. 1970. *página 63*

GRICE, H. P. “Logic and conversation”. Na edição de COLE, P.; MORGAN, J. (Org. 1975) – **Syntax and Semantics**, v. 3. 1967.

GROSS, M. **Grammaire transformationnelle du français**. Syntaxe du verbe. Paris: Larousse. 1968.

HALLIDAY, M.A.K. “Notes on transitivity and theme in English II”. **Journal of Linguistics**, 3: 1967. p. 199-244.

HAMPTON, J.A. “Polymorphous concepts in semantic memory”. **Journal of Verbal learning and Verbal Behavior**, 18: 1979. p. 441-461.

HARDER, P.; KOCK, C. “The theory of presupposition failure”. **Travaux du cercle linguistique de Copenhague**, XVII. Copenhagen: Akademisk Forlag. 1976.

HEIDER, E. R. “Universals in color naming and memory”. **Journal of Experimental Psychology**, 93: 1972. p. 10-20.

HEIDER, E. R. e OLIVIER, D. C. "The structure of the color space in naming and memory for two languages". **Cognitive Psychology**, 3: 1972. p. 337-345.

HERINGER, J. **Some grammatical correlates of felicity conditions and presuppositions**. Working Papers in Linguistics, II, The Ohio State University, Dept. of Linguistics. 1972.

HOMA, D., et alii "Prototype abstraction and classification of new instances as a function of number of instances defining the prototype". **Journal of Experimental Psychology**, 101: 1973. p. 214-223.

HORN, L. "A presuppositional analysis of 'only' and 'even' ". In: BINNICK, R.L. et alii (Org.) – **Papers from the 5th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society**. Chicago: University of Chicago. 1969.

_____. **On the semantic properties of logical operators in English**. Ph.H. Dissertation, University of California, Los Angeles. 1972.

HUNN, F. **Cognitive processes in folk ornithology**. Working Paper n.4 [Language Behavior Lab., U.C. Berkeley]. 1975.

JACKENDOFF, R. "On belief-contexts". **Linguistic Inquiry**, 6: 1975. p. 53-98. **página 64**

JESPERSEN, J. O. **Language, its nature, development and origin**. [Edição de 1964, New York: Norton]. 1921.

JOHNSON, D. "On the role of grammatical relations in linguistic theory". In: **Papers from the 10th regional meeting of the Chicago Linguistic Society**. Chicago: University of Chicago. 1974a.

_____. **Toward a theory of relationally based grammar**. Ph Dissertation, University of Chicago. 1974b.

_____. **Prepaper on relational constraints on grammar**. Manuscrito disponível em Math. Scien. Dept., T. J. Watson Research Center, New York, IBM. 1974c.

JOHNSON-LAIRD, P.N. “Procedural semantics”. **Cognition**, 5: 1977a p. 229-247.

_____. “Psycholinguistics without linguistics”. In: SUTHERLAND, N. S. (Org.) – **Tutorial Essays in Psychology**. Hillsdale, N. J.: Erlbaum. 1977b.

KARTTUNEN, L. “Presuppositions of compound sentences”. **Linguistic Inquiry**, IV, 2: 1973. p. 169-193.

_____. “Presuppositions and linguistic context”. **Theoretical Linguistics**, I: 1974. p.181-194.

_____. “On pragmatic and semantic aspects of meaning”. **Texas Linguistic Forum**, I: 1975. p. 51-64.

_____. “Discourse referents”. In: MC CAWLEY, J. D. (Org.) – **Syntax and Semantics**, v. 7 = Notes from the linguistic underground. New York: Academic Press. 1976.

KARTTUNEN, L.; PETERS, P. S. “Conventional implicature in Montague Grammar”. In: **Proceedings of the first annual meeting of the Berkeley Linguistic Society**. University of California, Berkeley. 1975.

KATZ, J. J. **Semantic Theory**. New York: Harper and Row. 1972.

KATZ, J. J.; LANGENDOEN, D. T. “Pragmatics and presupposition”. **Language**, 52: 1976. p. 1-17.

KAY, P. **Accusative and ergative semantic prototypes**. Manuscrito. Disponível no Language Behavior Research Lab., Universidade da Califórnia, Berkeley. 1977.

_____. **The role of cognitive schemata in word meaning: hedges revisited.** Manuscrito. Disponível no Language Behavior Research Lab., Universidade da Califórnia, Berkeley. 1979. **página 65**

KEENAN, E. L. "Two kinds of presupposition in natural language". In: FILLMORE, C. J.; LANGENDOEN, D. T. (Org.) – **Studies in linguistic semantics.** New York: Holt, Rinhart e Winston. 1970.

_____. "On semantically based grammar". **Linguistic Inquiry**, 111-4: 1972. p. 413-461.

_____. "The functional principles". In: **Papers from the 10th regional meeting of the Chicago Linguistic Society.** Chicago: University of Chicago. 1974.

_____. "Some universals of passive in relational grammar". In: **Papers from the 11th regional meeting of the Chicago Linguistic Society.** Chicago: University of Chicago. 1975a.

_____. "Towards a universal definition of 'subject' ". In: Ch.N. Li (Org.) – **Subject and topic.** New York, Academic Press, 1975b. p. 303-333.

KEENAN, E. L.; COMRIE, B. "Noun phrase acessibility and universal grammar". Comunicação apresentada no 47th annual meeting or the LSA, Atlanta. 1972.

KEENAN, E. L.; HULL, R. D. "The logical presuppositions of questions and answers". In: FRANCK; PETÖFI (Org.) **Präsuppositionen in der Linguistic und der Philosophie.** Munich Athenäum. 1973.

KELLER, D.; KELLAS, G. "Typicality as a dimension of encoding". **Journal of Experimental Psychology**, 4: 1978. p. 78-85.

KEMPSON, R. M. **Presuppositions and the delimitation of semantics.** Cambridge: Cambridge University Press. 1975.

_____. **Semantic theory.** Cambridge: Cambridge University Press. 1975.

KIPARSKY, P. "Oral poetry: some linguistic and typological considerations". In: STOLZ, B. A.; SHANNON, R. S. (Org.) – **Oral literature and the formula**. Ann Arbor: University of Michigan. 1976.

KIPARSKY, P.; KIPARSKY, C. "Fact". In: STEINBERG, D. D.; JAKOBOVITZ, L. A. (Org. - 1971) **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press. 1970.

KURODA, S. Y. "Description of presuppositional phenomena from a non-presuppositionalist point of view". **Linguistic Investigations**: 1977. p. 63-162.

LADEFOGED, P. "Phonetic prerequisites for a distinctive feature theory". In: VALDMAN, A. (Org.) – **Papers in linguistics and phonetics in memory of Pierre Delattre**. Haia: Mouton. 1972.
página 66

LAKOFF, G. "Instrumental adverbs and the concept of deep structure". **Foundations of Language**, 4: 1968. p. 4-29.

_____. "On derivational constraints". In: BINNICK, et alii (Org.) **Papers from the 5th regional meeting of the Chicago Linguistic Society**. Chicago: University of Chicago. 1969.

_____. "Global rules". **Language**, 46: 1970. p. 627-639.

_____. "On generative semantics". In: STEINBERG, D. D.; JAKOBOVITZ, L. A. (Org.). 1971a.

_____. "The role of deduction in grammar". In: FILLMORE, C. J.; LANGENDOEN, T. D. (Org.). 1971b.

_____. "Linguistics and natural logic" In: DAVIDSON, D.; HARMAN, G. (Org.) **Semantics of natural language**. Dordrecht: Reidel. 1972a.

_____. "Hedges, a study in meaning criteria and the logic of fuzzy concepts". In: **Papers from the 8th. Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society**. Chicago: University of Chicago. 1972b.

_____. “Hedges, a study in meaning criteria and the logic of fuzzy concepts”. **Journal of philosophical logic**, 2: 1973a. p.458-508.

_____. “Fuzzy grammar and the performance/competence terminology game”. In: CORAM et alii **Papers from the 9th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society**. Chicago: University of Chicago. 1973b.

_____. “Pragmatics and natural logic”. In: KEENAN, L. E. (Org.) – **Formal semantics of natural language**. Cambridge: Cambridge University Press. 1975.

_____. “Linguistic Gestalts”. **Chicago Linguistic Society Papers**, 13: 1977. p. 236-287.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: Chicago University Press. 1980.

LAKOFF, G.; THOMPSON, H. “Introducing cognitive grammar”. In: GROSSMAN, R. E. et alii (Org.) – **Papers from the parasession on functionalism**. Chicago: Chicago Linguistic Society. 1975a.

LAKOFF, Robin. “Ifs, ands and buts about conjunction!”. In: FILLMORE, C. J.; LANGENDOEN, D. T. (Org.) 1971.

_____. “Questionable answers and answerable questions”. In: KACHRU, B. B. et alii (Org.) – **Issues in linguistics: papers in honor of Hanry and Renne Kahane**, Urbana: University of Illinois Press. 1972. *página 67*

_____. “The pragmatics of modality”. In: **Papers from the 8th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society**. Chicago: University of Chicago. 1972.

LANDESMAN, C. **Discourse and its presuppositions**. Yale University Press. 1972.

LANGACKER, R. W. "Semantic representations and the linguistic relativity hypothesis". **Foundations of Language**, 14: 1976. p. 307-357.

_____. "The form and the meaning of the English auxiliary". **Language**, 54: 1978. p. 535-582.

_____. "Grammar as image". **Linguistic notes from La Jolla**, 6: 1979. p. 88-126.

_____. **Space grammar, analyzability and the English passive**. Mimeografado. University of California, San Diego. 1980.

LANTZ, D.; STEFLRE, V. "Language and cognition revisited". **Journal of abnormal social psychology**, 69: 1964. p. 472-481.

LEMMON, E. J. "Sentences, statements and propositions". In: WILLIAMS, B.; MONTEFIORE, A. (Org.) – **British analytical philosophy**. Londres: Routledge and Kegan Paul. 1966.

LEMONS, C. de. "**Jogos demonstrativos da estrutura de eventos no período pré-linguístico: eu estatuto como pré-requisito do desenvolvimento da linguagem**". Comunicação apresentada ao 3º Encontro Nacional de Linguística. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica. 1978.

_____. "Adult-child interaction and the development of aspectual markers in Brazilian Portuguese". A sair em J. S. BRUNER (ed.) – **Beyond description in child language research**. 1979.

_____. "Interactional processes in the child's construction of language". A sair em DEUTSCH, W. (Org.) – **The child's construction of language**. New York: Academic Press. 1980.

LENNEBERG, E. H. "Cognition in ethnolinguistics". **Language** 29: 1953. p. 463-471.

_____. "A probabilistic approach to language learning". **Behavioral Science** 2: 1957. p. 1-12.

_____. "Color naming, color recognition, color discrimination: a reappraisal" **Percept. Mot. Skills**, 12: 1961. p.375-382.

LENNEBERG, E. H.e ROBERTS, J. M. "The language of experience: a study of methodology". **International Journal of American Linguistics**, Memoir 13. 1956.

LEWIS, D. "General semantics", In: DAVIDSON, E.; HARMAN, G. (Org.) – **Semantics of natural language**. Dordrech: Reidel. 1972.
página 68

LYONS, J. "Towards a notional theory of 'parts of xpeech' ". **Journal of Linguistics**, II-2: 1966. p. 209-236.

_____. **Introduction to theoretical linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press. 1968.

MAKKAY, A. **Idiom structure in English**. Haia: Mouton. 1972.

MAKKAY, A.; MAKKAY, V. B. (Org.) **The first LACUS forum**. Columbia, S. C.: Hornbeam Press. 1975.

MATTHEWS, P.H. "Review of Sadok (1974)". **General Linguistics**, 16: 1976. p. 236-242.

MERVIS, C. B. "Category structure and the development of categorization". In: SPIRO, E., BRUCE, W.; BREWER, F. (Org.) – **Theoretical Issues in reading comprehension**. Hillsdale, N.J.: Erlbaum. 1980.

MERVIS, C. B.; CATLIN, J.; ROSCH, E. "Development of the strutucure of color categories". **Dev. Psychology**, 11: 1975. p. 54-60.

_____. "Relationships among goodness example, category norms and word frequency". **Bulletin of Pshychological Society**, 7: 1976. p. 283-284.

MERVIS, C. B.; PANI, J. R. Acquisition of basic object category. Mimeo. A sair em **Cognitive Psychology**, 12. 1980.

MERVIS, C. B.; ROSCH, E. Categorization of natural objects. Mimeo. A sair em R. ROSENWEIG e L. W. PORTER (Org.) – **Annual Review of Psychology**, v. 32. 1981.

MILLER, C. A.; JOHNSON-LAIRD, P. N. **Language and perception**. Cambridge, Mass. Cambridge University Press. 1976.

MINSKY, M. “A framework for representing knowledge”. In: **Artificial Intelligence Memo** n. 306. A.I Laboratory, MIL, Cambridge, Mass. Editado em WINSTON, P. (1975) – **The psychology of computer vision**. New york: Mc-Graw-Hill. 1974.

MITCHELL, T. F. “Linguistic ‘goings on’: collocations and other lexical matters arising on the syntactic record”. **Archivum Linguisticum** 2 (new series): 1971. p. 35-69.

MITTWOCH, A. “How to refer to one’s own words: speech-act modifying adverbials and the performative analysis”. **Journal of Linguistics**, 13: 1977. p. 177-189.

MONTAGUE, R. **Formal philosophy**: selected papers. Editado por THOMASON, R. H. New Haven: Yale University Press. 1974.

MORGAN, J. I. “On the treatment of presupposition in transformational grammar”. In: **Papers from the 5th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society**. Chicago: University of Chicago. 1969.

_____. **Presupposition and the representation of meaning**: prolegomena. Ph.D. dissertation, University of Chicago. 1973. **página 69**

NAGLER, M. N. “Towards a generative view of the oral formula”. **TAPA**, 98: 1967. p. 269-311.

NELSON, K. "Some evidence for the cognitive primacy of categorization and its functional basis". In: **Merril Palmer Quarterly**, 19: 1973. p. 21-39.

_____. "Concept, word and sentence. Interactions in acquisition and development". **Psychological Review**, 81: 1974. p. 267-285.

_____. "Some attributes of adjectives used by young children". **Cognition**, 4: 1976. p. 13-20.

_____. "Semantic development and the development of semantic memory". In: K. NELSON, K. (Org.) – **Children's Language**. New York: Garner Press. 1978.

_____. "Features, contrasts and the FCH: some comments on Barret's lexical development hypothesis". **Child Language**, 6: 1979a. p. 139-146.

_____. "Explorations in the development of a functional semantic system". In: COLLINS, W. A. (Org.) – **The Minnesota Symposia on Child Psychology: Children's language and communication**. Hillsdale: Erlbaum. 1979b.

NELSON, K.; BROWN, A. "The semantic-episodic distinction in memory development". In: ORNSTEIN, P. A. (Org.) – **Memory development in children**. Hillsdale, H.J.: Erlbaum. 1980.

NELSON, K. et alii **Child development**. A sair. 1980.

NEWPORT, R. L.; BELLUGI, U. "Linguistic expression of category levels in visual-gestural language; a flower is a flower is a flower". In: ROSCH, E.; LLOYD, B. B. (Org.) – **Cognition and categorization**. Hillsdale, N. J: Erlbaum. 1978.

PALMER, S. L. "Fundamental aspects of cognitive representations". In: E. ROSCH e B. B. LLOYD (Org., 1978). 1978.

PELMUTTER, D.; POSTAL, P. **Linguistic Institute lectures**, Amherst, Mass.: University of Massachusett. 1974.

_____. “Toward a universal categorization of passivization”. In: **Bul. Of Ling.** Society, 3: 1977. p. 394-417.

PIAGET, J. **Le langage et la pensée chez l’ enfant**. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé (edição revista em 1956). 1923. **página 70**

_____. **La construction du réel chez l’ enfant**. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé (edição revista em 1963). 1937.

_____. **De la logique de l’ enfant à la logique de l’ adolescent**. Paris, Presses Universitaires de France (reedição em 1970) 1955.

_____. **La formation du sybole chez l’ enfant**. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé. 1959.

PIAGET, J.; GRIZE, J.-B.; SZEMINSKA, A.; BANG, U. **Épistémologie et psychologie de la fonction**. Paris: Presses Universitaires de France. 1968.

POSNER, M. T. “Abstraction and the process of recognition”. In: BOWER, G. H.; SPENCE, J. T. (Org.) – **Psychology of learning and motivation**. New York: Academic Press. 1969.

POSNER, M. T.; GOLDSMITH, R.; WELTON, K. E. “Perceived distance and the classification of distorted patterns”. **Journal of Experimental Psychology**, 73: 1967. p. 28-38.

POSNER, M. T.; Keele, S.W. “On the genesis of abstract ideas”. **Journal of Experimental Psychology**, 77: 1968. p. 353-363.

PRINCE, E. “On the function of existential presuppositions in discourse”. In: **Papers from the 14th Regional Meeting of the Chicaco Linguistic Society**. Chicago, University of Chicago: 1978. p. 362-376.

QUILLIAN, M. R. "Semantic memory". In: M. MINSKY (Org.) – **Semantic information processing**. Cambridge, Mass. MIT Press. 1968.

QUIRK, R. "Discriptive statement and serial relationship". **Language**, 41: 1965. p. 201-217.

RIPS, L. J. "Inductive judgments about natural categories". **Journal of Verbal learning and verbal behavior**, 14: 1975. p. 665-681.

RIPS, L. J.; MARCUS, S. "Suppositions and the analysis of conditional sentences". In: JUST, M.; P. CARPENTER, (Org.) **Cognitive processes in comprehension**. Hillsdale, N.J.: Erlbaum. 1977.

RIPS, L., J.; SHOBEN, E. J.; SMITH, E. E. "Semantic distance and the verification of semantic relations". **Journal of Verbal learning and verbal behavior**, 12: 1973. p. 1-20.

ROSCH, E. "Natural categories". **Cognitive Psychology**, 4: 1973a. p. 328-350.

_____. "On the internal structure of perceptual and semantic categories". In: MOORE, T. (Org.) – **Cognitive development and the acquisition of language**. New York: Academic Press. 1973b. página 71

_____. "Cognitive representations and semantic categories". **Journal of Experimental Psychology General**, 104: 1975a. p. 192-233.

_____. "The nature of mental codes for color categories". **Journal of Experimental Psychology**. Human Percept. Perform. I: 1975b. p. 303-322.

_____. "Cognitive reference points". **Cognitive Psychology**, 7: 1975c. p. 532-547.

_____. "Human categorization". In: WARREN, N. (Org.) **Studies in Cross-cultural Psychology**. Londres: Academic Press. 1977.

_____. "Principles of categorization". In: ROSCH, E.; LLOYD, B. B. (Org.). 1978.

_____. “Attributes”. Comunicação apresentada na Conference on Word and Object. Universidade de Stanford, California. 1979.

ROSCH, E.; MERVIS, C. B. “Family resemblance: studies in the internal structure of categories”. **Cognitive Psychology**, 7: 1975. p. 573-605.

ROSCH, E. et alii “Basic objects in natural categories”. **Cognitive Psychology**, 8: 1976. p. 382-439.

ROSCH, E.; SIMPSON, C. e MILLER, R. S. “Structural basis of typicality”. **Journal of Experimental Psychology**. Human Percept. Perform. 2: 1976. p. 491-502.

ROSS, J. R. **Constraints on variables in syntax**. Ph.D. dissertation. MIT, Cambridge, Mass. 1967.

_____. “On declarative sentences”. In: JACOBS, A. J.; ROSENBAUM, P. S. (Org.) – **Readings in English transformational grammar**. Lexington, Mass.: Ginn & Co. 1970.

_____. “Endstation Hauptwort: the category squish”. In: **Papers from the 8th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society**. Chicago: Univ. of Chicago. 1972a.

_____. “Act” In: DAVIDSON, D.; HARMAN, G. (Org.), **Semantics of natural language**. Dordrecht; Reidel. 1972b.

_____. “A fake NP squish”. In: BAILEY, C.-J. N.; SHUY, R. (Org.) – **New ways of analyzing variation in English**. Washington D. C.: Georgetown Univ. Press. 1973a.

_____. “Nouniness”. In: T FUJIMURA (Org.) – **Three dimensions of linguistic theory**. Tokio: The TEC Corporation., 1973b. p.137-257

_____. “There, there (there, (there, (there, ...)))”. In: **Papers from the 10th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society**. Chicago: University of Chicago. 1974. página 72

_____. “Where to do things with words”. In: COLE, P.; MORGAN, J. (Org.) – **Syntax and semantics**, v. 3, Speech Acts. New York: Academic Press. 1975.

_____. **Wording up**. Manuscrito. Disponível no Dep. de Linguística do MIT. (?)

RUWET, N. **Théorie syntaxique et syntaxe du français**. Paris: Seuil. 1972.

SADOCK, J. M. "Hypersentences". **Papers in linguistics**, 1: 1969. p. 283-370.

_____. "Whimperatives". In: SADOCK, J. M.; VANEK, A. L. (Org.) – **Studies presented to R. B. Lees**. Edmonton, Can.: Linguistic Research Incorporated. 1970.

_____. "Quedeclaratives". In: **Papers from the 7th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society**. Chicago: University of Chicago. 1971.

_____. **Toward a linguistic theory of speech acts**. New York: Academic Press. 1974.

SEARLE, J. "Austin on locutionary and illocutionary acts". **Philosophical Review**, 77-4: 1968. p. 405-424.

_____. **Speech acts**. New York; Cambridge University Press. 1969.

_____. "Indirect speech acts", In: Searle, J. (1979). 1975.

_____. **Expression and meaning**. Cambridge; Cambridge University Press. 1979.

SCHIEBE, T. "On presupposition in complex sentences". In: OH, C.-K.; DINNEEN, D. (Org.) – **Syntax and Semantics**, v. 11 – Presuppositions. New York: Academic Press. 1979.

SELLARS, W. "Presupposing". **The Philosophical Review**, 63: 1954. p. 197-215.

SHANK, R. C.; ABELSON, R. P. "Scripts, plans and knowledge". **Proceedings of the 3rd international joint-conference on artificial intelligence**. Tibilist. URSS. 1975.

SILVERSTEIN, M. [excerpt from] “Hierarchy of features and ergativity”. In: DIXON, R. M. V. (Org.) – **Grammatical categories in Australian language**. Canberra. 1976. **página 73**

SMITH, E. E. “Theories of semantic memory”. In: KATES, W. K. (Org.) – **Handbook of learning and cognitive processes**. Hillsdale, N. J.: Erlbaum. 1978.

SMITH, E. E.; SHOBEN, E. J.; RIPS, L. J. “A featural model for semantic decisions”. **Psychological Review**, 81-4: 1974. p. 214-241.

SMITH, E. E.; RIPS, L. J.; SHOBEN, E. J. “Semantic memory and psychological semantics”. In: BOWER, G. H. (Org.) – **The psychology of learning and motivation**. New York: Academic Press. 1974.

SOAMES, S. “A projection problem for speaker presuppositions”. **Linguistic Inquiry**, X-4: 1979. p. 623-666.

STALNAKER, R. C. “Pragmatics”. In: DAVIDSON; HARMAN (Org.) 1972.

_____. “Presuppositions”. **Journal of Philosophical Logic**, 2: 1973. p. 447-457.

_____. “Pragmatic presuppositions”. In: MUNITZ, M. R.; UNGER, D. K. (Org.) – **Semantics and philosophy**. New York: New York University Press. 1974.

_____. “Indicative conditionals”. **Philosophia**, 5: 1975. p. 269-286.

_____. “Assertion”. In: COLE, P. (Org.) – **Syntax and Semantics**, v. 9. **Pragmatics**. New York: Academic Press. 1978.

STAMPE, D. W. “Meaning and truth in the theory of speech acts”. In: COLE, P.; MORGAN, J. (Org.) – **Syntax and semantics**, v. 3, Speech acts. New York: Academic Press. 1975.

- STEFFLRE, V.; CASTILLO, V. V.; NORLEY, R. "Language and cognition". In: "Yucatan: a cross-cultural replication". **Journal of Pres. Soc. Psychology**, 4: 1966. p. 112-115.
- STRAWSON, P. F. "On referring". **Mind**, 59: 1950. p. 320-334.
- _____. **Introduction to logical theory**. Methuen. 1952.
- _____. "A reply to Mr. Sellars" **Philosophical Review**, 63: 1954. p. 216-231.
- _____. **Logico-linguistic papers**. Methuen. 1971
- STROSS, D. "Acquisition of botanical terminology by Tzeltal children" In: EDMONSON, M. (Org.), – **Meaning in Mayan languages**. Haia: Mouton. 1973.
- TVERSKI, A.; GATI, I. "Studies on similarity". In: ROSCH; LLOYD (eds.). 1978.
- TRITHART, L. "Relational grammar and Chichewa subjectivization rules". **Papers from the 11th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society**. Chicago: Univ. of Chicago. 1975.
- TWADELL, W. F. "**Syntax, past, present and future**" (Preprint). English Language Institute, University of Michigan. 1972.
- VAN DE GEER, J. P. **Studies in codability**: identification and recognition of facial expression. Report m° E002-60. State University of Leyden, Holanda. 1960. página 74
- VAN OSTEN, J. "Subjects and agenthood in English". **Papers from the 13th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society**. Chicago: University of Chicago. 1977.
- VENDYÈS, J. **Le langage**. Paris: La renaissance du livre. [Reedição de 1950, Paris: Albin Michel]. 1923.

VOGT, C. **O intervalo semântico**: contribuição para uma semântica argumentativa. São Paulo: Ática. 1977.

_____. **Linguagem, pragmática, ideologia**. (a sair) [publicado pela editora Hucitec, 1980]. 1980.

VOLTERRA, V.; et alii “First words in language and action”. In: BATES, E. et alii (Org.) – **The emergence of symbols: cognition and communication in infancy**. New York: Academic Press. 1979.

VIGOTSKY, L. S. **Thought and Language**. Cambridge, Mass.: MIT Press. 1962.

WHORE, B. L. **Language, truth and reality**. Cambridge, Mass. MIT Press. 1956.

WIGGINS, D. “On sentence-sense, word-sense and difference of word sense”. In: STEINBERG, D. D.; JAKOBOVITZ, L. A. (Org.) – **Semantics**. Cambridge, Mass. Cambridge University Press. 1971.

WILSON, D. M. **Presuppositions and non-truth-conditional semantics**. Londres: Academic Press. 1975.

WINOGRAD, T. “Understanding natural language”. **Cognitive Psychology**: 3, 1. 1972.

_____. “A procedural model of language understanding”. In: SHANK, R. C.; COLBY, K. M. (Org.) **Computer models of thought and language**. S. Francisco, Ca.: Freeman. 1973.

_____. “Toward a procedural understanding of semantics”. **Review Intern.Philol.**, 3-4: 117-118 - 1976. p. 260-303.

WINOGRAD, T.; BOBROW, D. “An overview of KRL”. **Cognitive Science**, 1. 1977.

WITTGENSTEIN, L. **Philosophical Investigations**. New York: Macmillan. 1953.

ZADEH, L. A. "Fuzzy sets". **Information and Control**, 8: 1965. p.338-353.

_____. "Quantitative fuzzy semantics". **Inform. Scient.** 3: 1971. p.159-176.